



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0845/08	DATA: 05/06/2008
INÍCIO: 10h26min	TÉRMINO: 13h39min	DURAÇÃO: 03h12min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h12min	PÁGINAS: 65	QUARTOS: 39

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RONALDO AUGUSTO BRETAS MARZAGÃO – Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo.  
MAURÍCIO JOSÉ LEMOS FREIRE – Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de São Paulo.  
DANIEL BARBOSA RODRIGUEIRO – Subcomandante-Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo.  
MANOEL MESSIAS MELLO – Tenente-Coronel da Polícia Militar do Estado de São Paulo.  
ALBERTO RODRIGUES – Ex-Comandante da Polícia Militar do Estado de São Paulo.  
DOMINGOS PAULO NETO – Ex-Diretor do Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa – DHPP.

SUMÁRIO: Debate sobre medidas de segurança pública que vêm sendo implementadas pelo Estado de São Paulo.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Declaro aberta a 18ª reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Esta audiência pública foi convocada para debatermos as medidas de segurança pública que vêm sendo adotadas pelo Estado de São Paulo, em atendimento a requerimento de nossa autoria.

Convido para compor a Mesa o Sr. Ronaldo Augusto Bretas Marzagão, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo; o Sr. Maurício José Lemos Freire, Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de São Paulo; o Coronel PM Daniel Barbosa Rodrigues, Sub-Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo; e o Sr. Domingos Paulo Neto, ex-Diretor do Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa — DHPP.

Informo às senhoras e aos senhores que o Coronel PM Alberto Rodrigues, ex-Comandante da Polícia Militar do Estado de São Paulo, encontra-se a caminho para esta audiência pública.

Agradeço ao Secretário e às demais autoridades a presença.

Na raiz da autoria, Secretário, o senhor deve se lembrar de que nós tivemos uma conversa muito proveitosa e bastante prolongada no Estado de São Paulo, logo depois de uma cirurgia que fiz nos meniscos. Por isso, não pude, ontem, enfrentar o Boca Juniors. Mas espero estar em condições de fazê-lo na próxima vez. Acho que não fizemos muita falta também.

Fui lá conversar com os senhores exatamente porque nos chamava a atenção — e já não é de agora — o fato de que o Estado de São Paulo vem conseguindo reduzir, em termos estatísticos, uma série de crimes, com destaque, evidentemente, para os crimes dolosos, contra a vida, dentre outros.

Sr. Secretário, Srs. Deputados, eu entendo que a questão da segurança, hoje, é algo mais do que policial. Deputado William Woo, é algo republicano. Ou seja, a crise da segurança, hoje, toca de maneira muito grave os fundamentos republicanos sobre os quais se erigem a nossa sociedade, o modo de convívio. Entendo que a violência, Secretário, tem o efeito de corroer, de destruir a nossa sociabilidade. Uma sociedade que não tem limites e freios para a violência é uma sociedade amedrontada. E essa sociedade, evidentemente, tem uma queda da sua



sociabilidade, do respeito ao outro e das suas condições de vida. Isso afeta toda a nossa relação.

Nos anos 90 tínhamos pela frente o grande desafio da superinflação. E eu gostaria de registrar a presença, para nossa alegria, do Dr. Eduardo Graeff, que fez parte de uma longa batalha pela conquista da estabilidade, como assessor especial do Ministro, durante o Governo Fernando Henrique. Hoje nós temos uma grande batalha, que é exatamente recuperar a nossa segurança, perdida em grande parte.

Acabo de vir do Rio de Janeiro. Volto ao Rio de Janeiro. Na semana passada houve aqui uma audiência com a participação, inclusive, da cúpula da segurança daquele Estado. Deputado William Woo, tivemos efetiva noção das condições em termos de segurança. E não é só lá. Não vamos satanizar o Rio de Janeiro; longe disso. Elas são tocantes e extremamente preocupantes, haja vista os fatos mais recentes ocorridos ali. Hoje nós voltamos inclusive para uma reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Murta Ribeiro, em conjunto com o Secretário José Mariano Beltrame. Proporemos algo que vamos voltar a propor na próxima semana ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, e ao Presidente do Tribunal de Justiça: a criação das varas especializadas em combate ao crime organizado. Isso é muito importante.

Queria também pedir aos Srs. Parlamentares contribuições no que diz respeito à tipificação do crime de formação de milícias. Está tramitando no Senado um projeto que está exatamente atualizando a questão da formação de quadrilha, e parece que um dos itens ou um dos artigos trata disso. É o caso de darmos uma lida e ver se aquilo contempla. Caso contrário, fazer, talvez, uma lei específica tratando desse tema.

Há grande expectativa da nossa parte no que diz respeito à exposição do que vem fazendo a área de segurança pública do Estado de São Paulo, que inequivocamente tem obtido sucesso, evidentemente sempre relativo. Não é, Secretário? Esse tema é por demais difícil e árduo e exige longo prazo para que realmente venhamos a colher os resultados que esperamos. Mas, de toda forma, eu acredito que é importante que se tome conhecimento de tudo aquilo que vem sendo feito.



Sem maiores delongas, vou conceder a palavra ao Secretário, dizendo que disporá do tempo inicial de 20 minutos, com alguma flexibilidade se for necessário. Em seguida, haverá a concessão da palavra a todos os integrantes da Mesa e, depois, a todos os ilustres Deputados da Comissão aqui presentes, para que possam fazer suas arguições e passemos para o debate.

Lembro que tudo que dissermos será devidamente registrado e comunicado a todo o Congresso Nacional e estará disponível aos órgãos de imprensa e aos cidadãos e cidadãs em geral.

Concedo a palavra ao Sr. Ronaldo Augusto Bretas Marzagão, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, pelo tempo de 20 minutos.

**O SR. RONALDO AUGUSTO BRETAS MARZAGÃO** - Cumprimento o Exmo. Sr. Deputado Raul Jungmann, Presidente desta egrégia Comissão de Segurança Pública, e na pessoa de S.Exa. os demais Srs. Parlamentares presentes. Cumprimento também as demais autoridades, as pessoas que estão na platéia, as senhoras e os senhores. Como Secretário, cabe-me falar sobre macropolítica de segurança do Estado, e é isso que tentarei sintetizar, na medida do possível, no tempo de que disponho.

Diz-se que governar é tornar possível o que é necessário. Isso implica opções. E, em São Paulo, implicou opções do nosso Governador Serra a respeito de princípios que devem nortear a segurança pública para que o cidadão tenha efetiva e concretamente o seu direito a segurança, que é um direito constitucional previsto no art. 5º.

Essas opções se consubstanciam em princípios gerais de macropolítica de segurança que são repassados às 3 polícias de São Paulo, Civil, Militar e Técnico-Científica, e cabe a elas operacionalizá-los e concretizá-los.

O primeiro princípio é o que diz respeito à atuação policial. A nossa polícia atua com firmeza, mas dentro do desejado equilíbrio entre a liberdade individual e a segurança coletiva, pois só assim ela assegurará a ordem pública, respeitados os direitos básicos da cidadania, inclusive os direitos humanos.

Aqui é bom lembrar que o art. 5º, no seu *caput*, outorga o direito à segurança ao cidadão e, nos seus incisos, os direitos fundamentais do cidadão contra o eventual arbítrio do Estado.



Então, cabe na nossa política de segurança achar um delicado equilíbrio entre o direito à segurança e os direitos fundamentais do cidadão. E quem concretiza esse princípio de política de segurança é o policial, principalmente o que está na ponta da linha, na rua, na delegacia, no seu dia-a-dia.

Em segundo lugar, outro princípio que nós elegemos, o Governador Serra elegeu e me cabe implementar, é o princípio da inteligência policial. Qual é a meta desse princípio? É substituir a força pela inteligência. Só que não basta na inteligência policial, como muitas vezes se pode pensar, o investimento em equipamento e tecnologia de ponta. O que é tão importante como esse investimento é aprimorar o uso dessa inteligência na prevenção e na repressão dos crimes e, principalmente, aprimorar a cultura do uso da inteligência policial.

Temos de partir do criminoso para o crime, e não fazer o caminho inverso, como há algumas décadas por vezes ocorria. Pegava-se o criminoso e, a partir dele — o que você fez, o que você deixou de fazer? —, elucidava-se o crime.

Hoje, temos muito presente a necessidade de aprimorar cada vez mais o uso da inteligência com os equipamentos de ponta, que, por sua vez, irão otimizar os recursos materiais e humanos da Secretaria da Segurança.

Outro ponto da nossa política de segurança é um combate implacável ao crime organizado. E aí entram 3 componentes fundamentais: desarmamento, combate a drogas e sufoco econômico do crime organizado. Isso é muito importante e temos aplicado em São Paulo, depois mostrarei uma transparência com alguns números.

Entendemos que o combate às drogas é prioritário porque, em geral, o crime de tráfico de entorpecentes se estrutura em comunidades, principalmente em comunidades mais carentes. Nesses locais, por vezes, exerce papel onde o Estado é ausente ou insuficiente e cria um verdadeiro Estado paralelo.

Outro princípio de macropolítica de segurança que usamos em São Paulo é a promoção da segurança por meio da inclusão social. Nas palavras do Governador Serra, então candidato a Governador, inscrito no opúsculo de campanha dele, trata-se de mudar a idéia sobre o papel que a inclusão social e a cidadania desempenham na construção de uma sociedade segura.



Esse princípio do Governador Serra tem encontrado concretização num projeto que se tornou de governo, chamado Operação Virada Social, sobre o qual falarei um pouco mais adiante e que conjuga uma política de uma polícia eficiente com uma política que tem a inclusão social como fator de segurança pública. Esse é um binômio que tem dado certo.

Outro princípio muito importante que estamos desenvolvendo em São Paulo é o da integração operacional. Em São Paulo, no âmbito estadual, como no resto do Brasil, não temos uma só instituição que faça o ciclo completo de polícia. Em São Paulo, temos 3 polícias. Em geral, a polícia do primeiro contato é a Polícia Militar, contato de rua; depois, a delegacia, com seus plantões; e depois a Polícia Técnico-Científica, sempre que convocada para esclarecimento de algum crime.

E essa integração operacional tem se dado com bastante sucesso. Há uma coincidência da área de policiamento da Polícia Civil com a área de policiamento da Polícia Militar. Então, estão sempre juntas, estão sempre estimuladas a discutir as questões da área de abrangência de um distrito policial e de uma Companhia da Polícia Militar ou de uma seccional, um batalhão. Os oficiais e os delegados estão sempre discutindo, juntos, até pela coincidência de área territorial, os problemas comuns e o que cada um, naquilo que tem de atribuição, pode fazer de melhor para a diminuição da criminalidade.

As 3 polícias se valem de um mapeamento do crime, que é feito por um sistema de inteligência chamado INFOCRIM e tem como base de dados o registro digital de ocorrências, sobre o qual eu falarei rapidamente um pouco mais à frente, e os senhores dirigentes da Polícia Civil e da Polícia Militar também poderão falar a respeito dos programas de inteligência que cada polícia utiliza.

Outro princípio de macropolítica de segurança é a qualidade em vez da quantidade. Não que qualidade e quantidade sejam princípios antinômicos. Não. Nós podemos ter uma quantidade grande de policiais, mas o que eu quero dizer é que a quantidade deve ser qualificada. São importantes, por isso, a formação e o aperfeiçoamento dos policiais. E temos procurado fazer da formação e do aperfeiçoamento um princípio da integração policial. Hoje, em São Paulo, há o curso superior de polícia, que habilita o delegado de primeira classe a ser delegado de classe especial e habilita o tenente-coronel a ser coronel. Esse curso é feito em



conjunto, uma parte na Academia de Polícia Civil, outra na Polícia Militar. Estamos estimulando também e pensando em fazer isso já para as classes abaixo, tanto dos oficiais da Polícia Militar quanto de delegados de polícia, mais ou menos no nível de capitão, o que equivaleria, eu penso, à terceira classe. Fariam um curso parte na Polícia Civil e outra parte na Polícia Militar, como idéia dessa integração.

Agora mesmo, como parte dessa integração, estamos ultimando os trabalhos para que o curso de piloto de helicóptero das 2 polícias seja unificado, o que também me parece algo muito importante diante da idéia de integração policial.

Considero um dos mais importantes princípios da política de segurança do Estado o prestígio ao policial de ponta. O policial de rua ou de distrito tem o primeiro contato com o cidadão e é ele que concretiza a política de segurança do Estado, inclusive naquele delicado equilíbrio entre o direito à segurança e os direitos individuais do cidadão. O policial tem de estar muito bem preparado e muito bem assistido pelos seus superiores, porque na sua ação vai concretizar esse princípio de equilíbrio da atuação policial. Então, tenho o policial de ponta como o homem mais importante do sistema de segurança, mais importante até do que o próprio Secretário.

Outro princípio que estamos buscando a cada dia é o da simplicidade do sistema policial. Cada vez mais se procura otimizar as polícias com os efetivos já existentes na medida do possível, simplificando as suas estruturas naquilo que é possível, a fim de que haja uma otimização dos meios humanos e materiais.

Outro princípio muito importante da macropolítica de segurança é o aperfeiçoamento das corregedorias das polícias, porque temos para nós que investigar e punir as próprias mazelas não é trair companheiros, mas sim dar credibilidade e prestígio à polícia.

Esse princípio tem sido seguido em São Paulo. Ontem mesmo, o Sr. Delegado-Geral, em entrevista, lembrou a idéia do aperfeiçoamento constante das corregedorias. A Polícia Militar também, pela sua Corregedoria, tem procurado cada vez mais mostrar que cortar na própria carne não significa trair companheiros, e sim dar credibilidade às polícias.

Outro princípio de macropolítica de segurança é o relacionamento institucional permanente, não só das polícias entre si, mas também de outros órgãos que direta



ou indiretamente se relacionem ao combate à criminalidade, sejam estaduais, sejam federais, sejam municipais.

As relações são sempre institucionais. Não podem ser pessoais. Independentemente de simpatias ou antipatias e de siglas partidárias, as relações institucionais têm de existir.

O Governador Serra entende que a questão de segurança é suprapartidária. Nós implementamos esse entendimento e seguimos essa diretriz do nosso Governador. Os relacionamentos são institucionais.

Em suma, diríamos que perseguimos em São Paulo, com a aplicação desses princípios pelas polícias, a idéia de dar tranqüilidade ao homem de bem e trazer intranqüilidade ao fora-da-lei. Este, o fora-da-lei, é que tem de ter intranqüilidade. E não o cidadão, que tem de sentir segurança. O fora-da-lei tem de pensar: *“Vou sair de casa com a idéia de cometer crime, mas vou sair intranqüilo, porque eu tenho uma polícia que está bem preparada, vai respeitar os meus direitos básicos, mas, se me flagrar, irei preso”*.

É uma tarefa árdua. Conhecemos as dificuldades. Os problemas são diários, multifários, mas temos de olhar para o futuro e acreditar nele.

Então, esses são os princípios fundamentais. E da aplicação desses princípios fundamentais eu farei agora uma rápida demonstração, por intermédio de projeção, da redução dos homicídios e de outros crimes no Estado de São Paulo.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Começando por dizer que em São Paulo há uma política que vem sendo seguida desde 1999 pelos vários Governos. Evidentemente, cada Governo tem sua característica própria, mas temos continuidade da política de segurança, que tem em mente, dentre outras coisas, como eu já disse, partir do criminoso para o crime, através do mapeamento criminal, que é feito basicamente com fundamento no registro digital de ocorrências.

Cada ocorrência que entra numa delegacia passa para um sistema digital. Esse sistema digital de ocorrências é analisado num órgão da Secretaria de Segurança que se chama Coordenadoria de Análise e Planejamento, e, de volta para a polícia, esta tem o mapeamento do crime na cidade de São Paulo, na região da Grande São Paulo, que tem 54% dos crimes, e também no interior.





Então, a redução de homicídios, de 1999 a 2008, foi de 67%. Em 1999, havia 35,7 homicídios por 100 mil habitantes. A taxa foi reduzida em 2006 para 15,1 por 100 mil habitantes. Em 2007, chegou a 11,6 por 100 mil habitantes. Teve uma queda em 2007 de 19,5%. De janeiro a abril de 2008, chegamos a 10,56 homicídios por 100 mil habitantes.

Temos uma meta para o ano de 2008, que é de 10 homicídios por 100 mil habitantes, taxa considerada aceitável pela Organização Mundial de Saúde.

Esse é um gráfico em que V.Exas. podem ver a diminuição e a tendência de diminuição. Ela teve um pico em 1999 e foi caindo até chegar, em 2007, a 11,6. É a última tabulação que nós temos. A de 10,56 refere-se ao primeiro quadrimestre de 2008.

Essa é uma demonstração, o chamado *hotspot*, das áreas quentes em São Paulo em relação aos homicídios no ano de 2000. Cada pontinho desses equivale a uma morte. Então, tínhamos lá 31,1 homicídios por 100 mil habitantes.

Quero mostrar a V.Exas. que a área de concentração de homicídios se dá, em geral, como podem perceber, na periferia carente.

Vejam aqui a zona sul de São Paulo, região de Jardim Ângela, àquela época extremamente vulnerável. Vejam V.Exas. que é uma tendência em regiões periféricas e carentes. À medida que se entra na cidade de São Paulo, tirando o Centro, onde havia uma certa concentração, diminui o número de homicídios e cresce o número de crimes contra o patrimônio.

Aqui, a zona leste de São Paulo; aqui, a zona norte; e aqui, a zona sul.

Agora, o mapa dessas zonas quentes, *hotspots*, em 2007, quando nós chegamos a 11,6 homicídios por 100 mil habitantes, mas notem V.Exas. que continua, apesar de diminuir, a tendência de crimes de homicídio em locais carentes e periféricos. Portanto, combater o homicídio, além de defender o que de mais precioso cada um de nós tem, a vida, é dar segurança às pessoas mais necessitadas. À medida que diminuimos os homicídios, temos atingido estes 2 objetivos: preservar o que o cidadão tem de maior bem jurídico e melhorar a qualidade de vida nas regiões mais necessitadas, onde é maior a incidência de homicídios.



Aqui, nesses 2 mapas, dá para notar a diferença. Cada pontinho é um homicídio. Aqui, o ano de 2000; e aqui, 2007. O mapa fala por si só.

Outros indicadores criminais. Comparamos o primeiro trimestre dos anos apresentados onde houve picos desses crimes. Por exemplo, o seqüestro. Em 2002, tivemos 127; em 2008 — isso no primeiro trimestre —, estamos com 17, uma queda de 86%. Furto de automóveis. Em 2005, 29.887; em 2008, 20.945, queda de 30%. Roubo a banco. O pico, 2006, 113; 2008, primeiro trimestre, 61 — menos 46%. Roubo de veículos. Em 2001, pico, 27.795; 2008, 14.414 — menos 48%.

Aqui, numa rápida síntese, a gestão pública de segurança em São Paulo tem estas interfaces que se tocam: a inteligência policial, o encarceramento, o desarmamento e a inclusão social. Agimos em cima desses conceitos.

Desarmamento. Apreendemos em 2007 23.443 armas, e, no primeiro trimestre de 2008, 7.099, num total de 30.542.

Aqui, a curva do encarceramento, dado que nos foi fornecido pela SAP — Secretaria de Administração Penitenciária. Vejam V.Exas. que também há uma relação entre a redução dos crimes e o aumento do encarceramento. Hoje, no sistema da SAP, 158.032 pessoas estão presas. Ano passado, a Secretaria de Segurança prendeu 103 mil pessoas. Evidentemente, nem todas ficaram presas, seja por que cometeram atos infracionais de menor potencial ofensivo, seja por que se tratava de cumprimento de mandado de prisão administrativa por dívida alimentar, etc.

Mas, de qualquer modo, vejam que há uma relação. O encarceramento é tão necessário quanto a inclusão social — o encarceramento para aqueles que precisam ficar encarcerados, não é?

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Quanto à inteligência policial, nós temos aplicado em São Paulo sistemas de informação que poderão ser detalhados pelos chefes das respectivas polícias, com tecnologia digital. Temos o INFOCRIM, sobre o qual eu falei, que faz o mapeamento do crime; temos o FOTOCRIM e o COPOM *on line*, que são 2 programas desenvolvidos e patenteados pela própria Polícia Militar de São Paulo; temos o Sistema Fênix, que é da Polícia Civil e, dentre outras coisas — ele será mais bem detalhado —, também grava a voz da pessoa que está sendo identificada. Temos,



dentro dessa sistemática de inteligência policial, análise de dados, mapeamento do crime, e em cima disso o planejamento, tanto para a polícia preventiva quanto para a investigação.

Na polícia preventiva, como os senhores verão, nós temos hoje um cartão de patrulhamento inteligente. A viatura da Polícia Militar, quando não está atendendo a uma ocorrência, não sai ao acaso; ela tem um itinerário a seguir, que é produto exatamente desse mapeamento do crime, e que dá a ela dia, hora e local de maior incidência criminal, e o tipo de incidência. Temos também hoje a radiodigitalização, que foi um salto de qualidade muito grande, porque a radiodigitalização, além de melhorar as condições de comunicação da polícia, permitindo inclusive canaletas que unam a comunicação entre as Polícias Militar, Civil e Técnico-Científica numa determinada operação ou num momento de necessidade, não admite interceptação, o que é muito importante, principalmente no combate ao crime organizado. E também estamos instalando em São Paulo 100 câmeras de segurança, e até o fim deste ano instalaremos mais 100.

Quando falo aqui de câmeras de segurança, não me refiro apenas à câmera em si. Não se trata de levantar uma câmera e acoplar a ela um equipamento de primeira geração. É muito mais do que isso. Hoje nós estamos montando essas câmeras acoplando-as ao COPOM da Polícia Militar, que tem um centro de observação e monitoramento, e de acordo com o que for visto é despachada uma viatura imediatamente, por via digital. Agora, quem cuida da câmera tem de saber o que deve ver. Não basta colocar uma pessoa lá, olhando e... Enfim, essa pessoa tem de ser preparada. Temos hoje em funcionamento, se não me engano ainda em fase de instalação, parece-me que perto de 40 câmeras.

E o que é fundamental é a cultura do uso de tudo isso. Quer dizer, o policial tem de ter consciência de que o uso da inteligência substitui a força e otimiza os recursos humanos e materiais. Então, isso é tão importante quanto tudo aquilo. Se não houver a cultura do uso, isso aqui fica minimizado e... enfim, com utilização inferior à possível.

Temos em São Paulo também o Virada Social, que hoje é um programa de Governo. Esse foi um projeto, em boa parte de sua concepção, idealizado pela Dra. Beatriz Graeff — cujo pai está aqui, e presto-lhe uma homenagem —, e consiste



exatamente em um binômio: polícia eficiente mais inclusão social como fator de segurança pública. Ele consiste no seguinte: há uma operação inicial de saturação de uma determinada área de São Paulo, que nós chamamos de área de alto interesse de segurança pública; em geral são comunidades carentes, em cujo interior há grupos que, aproveitando-se da atuação insatisfatória ou ausência do Estado, instalam-se principalmente na modalidade de crime de tráfico de entorpecente. E o que acontece? Nessa estrutura as pessoas carentes, que são na sua grande maioria gente de bem, gente trabalhadora, gente que se levanta às 5h da manhã, terminam sujeitando-se a essa estrutura paralela do crime, que então faz suas ações. Chega até a fazer a justiça local, realiza o internamento de pessoas, patrocina tratamentos de saúde etc. Essa estrutura utiliza-se muito de menores e adolescentes, que começam como aviõezinhos, e que têm como único modelo de ascensão socioeconômica o próprio crime. Então, a idéia é quebrar essa estrutura e dar a essas crianças e a esses adolescentes uma visão de que a inclusão social e a cidadania poderão dar-lhes ascensão socioeconômica fora do crime. Eu acho que isso é fundamental.

Portanto, num primeiro momento há uma Operação Saturação da Polícia Militar, com 600 homens de tropas especiais. E por que tropas especiais? Porque a demonstração de força evita o confronto, e nas operações que fizemos até agora não demos um só tiro. A operação é precedida de um estudo de inteligência sobre a região, a área, as pessoas procuradas, as pessoas que ali praticam crimes. São solicitadas todas as medidas judiciais necessárias para a chegada desses 600 homens, e nesse primeiro momento têm acesso ao local para a estabilização policial as tropas especiais, que são pessoas altamente preparadas para andar sem fazer barulho, enfrentar situações adversas, se for necessário, e com preparo psicológico muito grande, principalmente o COE, que é o Comando de Operações Especiais, e o GATE, que são, enfim, tropas treinadas, que só admitem voluntários, só pessoas voluntárias, e que têm de ter nervos muito bons. São pessoas que vão retirar bombas, não é? São pessoas que têm de estar muito bem preparadas. E já entram lá com a idéia de prender o criminoso que está sendo procurado, ou prender alguém em flagrante, e de mostrar à população que estão lá para servir e proteger. Já entram, nesse primeiro momento, com essa idéia, com esses 2 objetivos.



Depois de estabilizada a região da operação, quem não foi preso fugiu, o pessoal da estrutura. Então, nós fincamos bandeira lá. O Estado finca a sua bandeira. Nesse segundo momento é devolvido o policiamento aos policiais territoriais, a Delegacia de Polícia é reforçada, a Polícia Militar territorial é reforçada, já também com pessoal preparado em policiamento comunitário. E nesse momento também há o ingresso das ações sociais, culturais e de infra-estrutura urbana, abrangendo Estado, Município, organizações não-governamentais, nesse segundo momento coordenadas pelo Secretário de Desenvolvimento Social de São Paulo, com o apoio, evidentemente, da Polícia territorial reforçada.

A idéia, como diz Hugo Acero, um colombiano que teve um papel muito importante na Colômbia, na diminuição da violência, é dizer: olhem, viemos aqui para protegê-los e servi-los, e vamos ficar. Tanto é que no Jardim Elisa Maria, onde nós fizemos essa operação, no ano passado tivemos 63% de queda de homicídios. Em 2006 houve 30 casos; em 2007, 11. Lá no Jardim Elisa Maria nós instalamos câmeras. daquelas 100, algumas foram destinadas para aquele bairro, que é uma região carente. É um sinal do Estado à população: nós viemos para ficar. E a população, que de início vê a Polícia de viés, em muito pouco tempo, sentindo que a Polícia está lá com a filosofia de que a porta do barraco do pobre tem de ser tão respeitada quanto a porta da casa do bilionário, aos poucos passa a nos ajudar, até porque, como eu disse, a grande maioria dessa população carente é gente de bem e trabalhadora.

E temos aqui alguns números da Secretaria, para finalizar: tivemos 85.647 veículos recuperados — isto é, no quadrimestre, até abril de 2008 —, 139.117 prisões efetuadas e 87,5 toneladas de drogas apreendidas. E digo aos policiais, com os quais me identifico plenamente: cada 1 grama de entorpecente ou cada bala apreendida é uma vitória nossa.

Em contrapartida, tivemos, infelizmente, 767 policiais mortos ou feridos em serviço. Enfim, os homens da Polícia de São Paulo, quando fazem o juramento de defender a sociedade pondo em risco a própria vida, cumprem-no. Não é um mero ato formal. Isso é um princípio, um juramento que é cumprido, como os números estão mostrando, não é?



Bem, com esta exposição, talvez eu tenha passado do tempo, Sr. Presidente. Eu agradeço a atenção a V.Exa. e à platéia.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Quero agradecer ao Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, o Sr. Ronaldo Augusto Bretas Marzagão, pela sua robusta e consistente exposição a respeito dos resultados apresentados. Acredito que aqui há muita matéria para reflexão e futuramente para debate. Parabéns pela exposição.

De imediato, concedo a palavra ao Sr. Maurício José Lemos Freire, Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Tem V.Sa. a palavra por 15 minutos.

**O SR. MAURÍCIO JOSÉ LEMOS FREIRE** - Muito bom dia a todos e a todas. Na pessoa de S.Exa. o Sr. Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, o ilustre Deputado Raul Jungmann, gostaria de cumprimentar e saudar todos os Parlamentares aqui presentes, e na pessoa do nosso Secretário, o Dr. Ronaldo Augusto Bretas Marzagão, saúdo todos os representantes das Secretarias de Segurança e das Polícias Civil, Militar e Técnico-Científica.

Vou procurar ater-me, assim como sugerido na pauta, às medidas que foram adotadas pela Polícia Civil do Estado de São Paulo de 1997 — quando atingimos o ápice, enfim, de índices de criminalidade elevados — até os dias de hoje, às medidas que obtiveram então resultados positivos. E a título de economia processual, até para não me perder, vou seguir aqui um roteiro já programado.

A Polícia Civil de São Paulo, com o apoio e o incentivo da administração superior, tem envidado esforços para redução das taxas de criminalidade. Alguns programas e planos têm sido desenvolvidos por meio de mecanismos de inteligência, com base nos índices registrados, de forma a evitar o recrudescimento da violência.

No que diz respeito ao Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, o fator determinante para a queda dos homicídios em São Paulo foi a adoção do Plano de Combate aos Homicídios Dolosos, lançado em abril de 2001, que emergiu do



anseio e da discussão de todos os policiais civis do DHPP. E, dentre os itens do plano a serem desenvolvidos, 3 estratégias tiveram destaque.

A primeira conclamava os policiais a interagir com a comunidade local, estreitando os laços de confiança e viabilizando o repasse de informações, além de integrarem-se com os demais segmentos policiais envolvidos no combate ao crime, quais sejam, Polícia Civil territorial e Polícia Militar, o que se deu mediante:

1. a fixação geográfica do policial à sua área de atuação específica, reduzindo a rotatividade de policiais;
2. a realização de reuniões periódicas entre os mencionados segmentos;
3. maior aproximação das promotorias e varas do júri, dentre outras medidas.

A segunda estratégia envolveu a implementação da cultura da prisão no Departamento de Homicídios. Ou seja, outrora o DHPP detinha-se à atividade investigativa, relegando a custódia de indivíduos desfavorecidos por medidas restritivas de liberdade a outros segmentos policiais. Ao implantar a cultura da prisão, conseguiu atenuar a sensação de impunidade, mediante uma ação policial de caracterização de homicidas e latrocidias contumazes mais intensa e mais rápida.

A terceira concitou ao aperfeiçoamento da investigação criminal pela constante evolução qualitativa do inquérito policial, para o que se tornou imprescindível uma drástica redução do número de procedimentos em trâmite e dos meios e fontes que os instruem, com destaque para os investimentos em inteligência e tecnologia da informação.

Outras diretrizes não menos importantes estão aqui alinhavadas:

- incremento do confronto balístico, exame importante para a constituição do conjunto probatório que possibilitará a condenação do delinqüente;
- estímulo à participação popular nas denúncias, o que se dá pela celeridade na adoção das medidas ensejadas pela informação recebida e posterior e eventual resposta à comunidade, e também pela proximidade do policial na área;
- intensificação do policiamento preventivo especializado, por meio da realização de operações policiais em áreas críticas, apoiadas em índices criminais mapeados;



- comprometimento de outros órgãos públicos que são co-responsáveis pela manutenção da ordem pública, como a municipalidade e as demais Secretarias de Estado;
- conscientização e a valorização do policial, conhecendo-se as habilidades do policial, respeitando-se sua história — enfim, um banco de talentos;
- apoio às campanhas de desarmamento, que devem sempre valorizar o registro das armas legais e restringir o porte dessas armas;
- relacionamento com órgãos de imprensa, cujo trato pautado pela ética, pelo respeito ao sigilo e ao direito à informação da sociedade traz ganhos de parte a parte.

Decorridos exatos 7 anos da adoção do Plano de Combate aos Homicídios Dolosos, os resultados alcançados, ainda que possam ser parcialmente atribuídos a inúmeros outros fatores, atestam o êxito do trabalho, quais sejam: queda significativa dos índices de homicídio: 71,1% na Capital, verificado em 2007, em comparação com dezembro de 2000; diminuição considerável do acervo cartorário de inquéritos policiais, de 5.876 inquéritos em dezembro de 2000 para 1.499 em dezembro de 2007, um decréscimo de 74,5%; elevação acentuada do número de esclarecimentos de autoria delitiva — 47% em 2007 — e de prisões, com centenas de mandados de prisão cumpridos; alto índice de acolhimento de representações por prisões temporárias: 284 representações em 2006 e 363 representações em 2007, preventivas.

Enquanto 444 pessoas eram assassinadas em média por mês em 2000, ou seja, 14,6 por dia, em 2007 essa média foi de 128, ou seja, 4,2 pessoas por dia, e agora, no primeiro trimestre de 2008, nós estamos com 3,6, com muitos dias com zero homicídios na Capital de São Paulo.

Concorreram para os sucessos já destacados algumas condições essenciais, como o comprometimento pessoal de cada um dos policiais civis em exercício no DHPP e a modernização dos meios de realização do inquérito policial, por meio de:

- a) informatização da reconhecimento visuográfica de local de crime, consistente no registro pormenorizado de todos os indícios conhecidos em locais de crime e demais circunstâncias, com vistas à formação do conjunto indiciário e à adequada interpretação da prova e da autoria;





- b) implantação do premiado Sistema de Gestão de Inteligência Policial — GIP, que recebeu menção honrosa na primeira edição do Prêmio Polícia Cidadã, como também permitiu o fluente, confiável e célere fluxo de informações entre as unidades operacionais e administrativas;
- c) adoção do perfilamento metodológico do crime de homicídio, onde são dissecadas as mais diversificadas circunstâncias que norteiam e caracterizam esse tipo de ocorrência, assim como o limite da agressividade humana, de forma a propiciar a produção de conhecimento sobre o que conduz uma pessoa a tirar a vida de outra.

As investigações de desaparecimentos também passaram a contar com uma ferramenta poderosa: a confrontação de amostras de DNA de parentes de pessoas desaparecidas, precisamente crianças e adolescentes, envolvendo ainda metodologias específicas das áreas de psicologia, biologia molecular, genética, bioinformática e telemedicina. Esses instrumentos foram viabilizados mediante convênio firmado, em setembro de 2004, entre o Departamento de Medicina Legal da Universidade de São Paulo — USP e a Secretaria de Segurança Pública, por intermédio do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa.

A execução do Plano de Combate aos Homicídios Dolosos é controlada por meio de avaliação do impacto das diretrizes adotadas e da eventual adaptação às novas necessidades e constatações.

Dentre as medidas recentes, pode ser destacada a edição de portaria no âmbito de toda a Polícia Civil — portaria da Delegacia Geral — atribuindo concorrentemente ao Departamento de Homicídios a investigação de todas as ocorrências de homicídios dolosos de autoria desconhecida havidas na Capital, mesmo que sobrevivendo a morte da vítima depois de socorro médico, situação que anteriormente excluía a apreciação pelo DHPP.

Outra inovação com vistas ao aprofundamento da integração entre os segmentos policiais comprometidos com o combate ao crime consistiu na sistemática realização de reuniões entre os policiais do Departamento de Homicídios e os representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança, os CONSEGs.

A queda do número de seqüestros na cidade de São Paulo, outro tema demandado, sob a responsabilidade do Departamento de Investigação sobre Crime



Organizado — DEIC desde 2001, deve ser atribuída também à adoção de algumas medidas:

- 1) aumento dos recursos humanos e materiais;
- 2) implantação de 2 unidades especializadas no combate aos seqüestros, refletindo melhor racionalização de trabalho e maior eficiência no combate aos criminosos;
- 3) aprimoramento das técnicas de negociação, que propiciou diminuição substancial de pagamento de resgates — atualmente, cerca de 75% dos casos terminam com a libertação da vítima sem qualquer pagamento de resgate;
- 4) redução dos valores pagos — nos casos em que os pagamentos se concretizaram, os valores foram expressivamente reduzidos; a média era de 10%, e hoje varia entre 1% e 5% do montante inicial exigido. Aliadas aos aprimoramento das técnicas de negociação, essas medidas reduziram a liquidez das quadrilhas. Sem liquidez não há condições para realização desse tipo de crime, que é complexo e requer uma estrutura onerosa;
- 5) aperfeiçoamento do trabalho de inteligência, o que levou à prisão de mais mil seqüestradores nos últimos anos, inclusive os mais contumazes, e chefes de quadrilha, com alta capacidade de organização e liderança;
- 6) trabalho preventivo, que compreende o monitoramento constante dos seqüestradores nas penitenciárias e o levantamento dos contatos que os seqüestradores mantêm com seus familiares, amigos e até potenciais parceiros de crime.

Em relação aos familiares das vítimas, também desenvolvemos um trabalho de conscientização sobre como prevenir futuros seqüestros na família, esclarecendo sobre comportamentos de risco. Durante a negociação, é de suma importância fazê-los entender a dinâmica do seqüestro, para assim evitar pagamentos elevados e precipitados.

A queda dos índices de furto e roubo de veículos, por sua vez, deve-se à adoção das seguintes medidas:

- 1) Desarticulação do comércio ilegal de peças, realizada tanto nos comércios denominados desmanches como nas lojas de vendas de peças usadas,



por meio de ações acompanhadas, na maioria das vezes, por fiscais municipais e da Fazenda Pública do Estado, o que contribui sobremaneira para a diminuição dos índices de furto e roubo de veículos (foram menos 14% de roubo e menos 17,2% de furto), pois, não havendo o comércio ilícito, o efeito imediato é não haver encomenda de peças nem sua compra pelo cidadão, que tem consciência de sua possível origem.

- 2) Intensificação de *blitz* em vários pontos da cidade, objetivando surpreender o criminoso na direção do veículo e apreender os veículos que apresentam vestígios de adulteração de agregados. Essas diligências são complementadas com fiscalizações em agências de compra e venda de veículos, feiras e terminais de cargas.

Um dos aspectos importantes é o seguinte: quando vamos a um desses locais junto com a Prefeitura, muitas vezes encontramos ali não um veículo caracterizado como roubado, mas peças que não têm procedência, o que caracteriza ilícito; então a ação administrativa da Prefeitura também é fundamental, e isso tem ajudado bastante o fechamento dos desmanches.

- 3) Prisão de centenas de pessoas em flagrante delito no exercício de 2007, tendo sido desarticuladas várias quadrilhas especializadas que há muito atuavam no Estado, com repercussão favorável no ponto estatístico.

Só para se para ter idéia, numa única operação, num único dia — operação de capturas no Estado de São Paulo —, 1.100 policiais prenderam 1.427 pessoas com mandados de prisão, ou seja, mais do que 1 preso por policial, também sem que houvesse um único tiro, usando a inteligência policial no momento e no ponto adequado.

Esse panorama é complementado com alguns dados: desde o ano de 2000, nós temos acentuada queda do número de pessoas mortas por policiais civis em serviço, e da mesma forma há acentuado decréscimo do número de policiais civis mortos em serviço. Esse quadro demonstra o investimento da Polícia Civil no treinamento, na capacitação e no preparo dos policiais civis. Atualmente, a Academia de Polícia tem 97 tipos de cursos complementares para o aperfeiçoamento dos policiais. A maioria deles têm no corpo discente, além de



policiais civis, policiais militares, policiais federais, agentes das Forças Armadas e das Guardas Municipais.

A Academia de Polícia Civil de São Paulo é a única escola de polícia cujos professores são concursados. Ou seja, não basta ser policial e ter grande experiência para ministrar aula a outros policiais. Aqueles que desejam ser professores na ACADEPOL devem submeter-se a um concurso de provas e títulos, comprovando sua capacitação para a docência. Com isso, conseguimos desenvolver cursos de Combate aos Crimes Eletrônicos, cursos de Arqueologia Forense (que muito auxiliam também no esclarecimento de crimes de homicídio), cursos de Gerenciamento de Crises e, enfim, cursos de Sobrevivência Policial — é o voltar vivo para casa.

Esses últimos têm por objetivo específico preparar os policiais civis para as situações de confronto e crise que permeiam o dia-a-dia dos policiais. Esses cursos trazem no seu final simulações de ações de risco. Saem da sala de aula, apenas da teoria, para a prática, na cidade cenográfica, onde o policial deverá agir de forma eficiente, eficaz, porém legítima.

Os cursos de Gerenciamento de Crise e de Sobrevivência Policial têm em comum a interdisciplinariedade das matérias. São 4 professores de áreas distintas, que trabalham juntos para avaliar os profissionais. Então, temos: o professor específico da matéria; o professor de Direitos Humanos, que vai, enfim, cobrar a aplicabilidade necessária, o uso progressivo da força, a justificativa da força empregada, ou seja, reduzindo-a, freando aquele policial; nessas simulações, chega a um nível tão alto o batimento cardíaco que temos de ter um terceiro grupo, que são os médicos, que fazem as medições biomédicas, de oximetria, oxigenação e pressão, pois chega a 240 a pulsação dos policiais, dos experientes, inclusive; e, por isso, temos de ter um quarto grupo, que são os psicólogos, para outra vez trabalhar e interagir com o policial. Esses cursos têm dado muito resultado. Enfim, os 2 primeiros — o professor da matéria e o de Direitos Humanos — vão mensurar os conhecimentos adquiridos e a capacidade de agir em conformidade às exigências legais; os 2 últimos vão avaliar, respectivamente, a capacidade psíquica do policial submetido a uma situação de muito risco, seu controle e reações, e a capacidade física de suportar o estresse sem danificar a própria saúde.



A capacitação dos policiais civis tem por objetivo proporcionar domínio dos conhecimentos adquiridos e das ações desenvolvidas para o correto desempenho de suas funções, mas também, e principalmente, tem por meta impedir que o policial cometa qualquer ato desmesurado ou eventual desatino em razão da falta de experiência ou de previsão de situações de perigo. Treinamos nossos policiais civil para que tenham a menor margem de erro possível em suas atuações, valorizando a conduta legítima e produtiva.

A Polícia Civil de São Paulo não pretende, com esta explanação, Sr. Presidente, passar a impressão de uma polícia completa, plena e acabada, mas sim de uma polícia real que se esforça diariamente para melhorar seu trabalho, para atender cada vez melhor a população, de forma comprometida, buscando minimizar a sensação de insegurança. Entretanto, não nos enganamos. Sabemos que trabalhamos muito, e o resultado desse trabalho está aqui, diante das senhoras e dos senhores, mas também, por isso, temos muito trabalho ainda pela frente, e trabalharemos. Essa é a nossa meta e a nossa missão.

Estamos adquirindo agora 800 viaturas descaracterizadas, justamente para dar continuidade a todo esse trabalho. Essas viaturas vão trabalhar nos pontos — seguindo um geomapeamento — de maior importância. Nos cruzamentos a população ainda tem essa sensação de insegurança. Incomoda, por exemplo, no trânsito de São Paulo, ficar algumas horas parado, porque vem aquela sensação: será que eu vou ser assaltado? E obviamente aqueles fora-da-lei, se houver uma viatura caracterizada numa esquina, vão efetuar seu “trabalho” em outra esquina. Então, estamos destacando 800 viaturas no Estado de São Paulo, uma grande parte na Capital e na Grande São Paulo, para que essas viaturas descaracterizadas tragam tranqüilidade ao marginal, ao fora-da-lei, e não à população, aumentando essa sensação e reduzindo principalmente esses assaltos em cruzamentos e o próprio seqüestro-relâmpago.

Agradeço a oportunidade de a Polícia Civil participar e mostrar o trabalho que tem sido feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Nós é que agradecemos ao Sr. Maurício José Lemos Freire, Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de São Paulo, sua exposição bastante informativa e esclarecedora.



Gostaria de convidar para tomar assento à Mesa o Coronel da PM Alberto Rodrigues, ex-Comandante da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Concedo a palavra agora ao Sr. Coronel da PM Daniel Barbosa Rodrigueiro, Subcomandante-Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, pelo tempo de 15 minutos, para sua exposição.

Tem V.Sa. a palavra.

**O SR. DANIEL BARBOSA RODRIGUEIRO** - Exmo. Sr. Deputado Raul Jungmann, mui digno Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Sr. Ronaldo Augusto Bretas Marzagão, Secretário de Segurança Pública do nosso Estado de São Paulo; Dr. Maurício, nosso Delegado-Geral; Coronel Alberto, nosso Comandante-Geral; Dr. Domingos — seja bem vindo —, bom dia a todos.

Srs. Deputados, senhoras e senhores, a estratégia da Polícia Militar do Estado de São Paulo é proporcionar segurança pública para toda a comunidade e estender a postura de direitos humanos aos nossos policiais militares e também a toda a comunidade.

A Polícia Militar do Estado de São Paulo caminha junto com o Plano Plurianual 2008/2011 do nosso Governo do Estado. Dentro desse Plano Plurianual, traçamos os nossos planejamentos estratégicos, os nossos planejamentos táticos e os nossos planejamentos operacionais.

Estamos fazendo uma gestão da nossa Polícia Militar do Estado de São Paulo como se fosse uma empresa. E a idéia é o cidadão pensar: essa empresa é minha. É sob essa conotação que a Polícia Militar de São Paulo está operando. Do coronel ao soldado, todos sabem onde estão e o que estão fazendo. Daí esse sucesso, que vem desde anos anteriores, como foi dito pelo nosso Secretário.

Vou passar a palavra ao nosso Tenente-Coronel Messias, que vai esmiuçar para todos os senhores e senhoras essa gestão de qualidade que a nossa Polícia Militar do Estado de São Paulo está desenvolvendo.

Messias, por favor.

**O SR. MANOEL MESSIAS MELLO** - Bom dia, Exmo. Sr. Deputado Raul Jungmann, com quem estivemos em São Paulo, e Ilmo. Sr. Secretário. Nós queremos mostrar aqui, por meio desta apresentação, algumas informações gerais



sobre a Polícia Militar de São Paulo, para que se tenha uma noção do universo em que ela atua.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

São 98 batalhões de áreas territoriais, vários especializados, e 18 grupamentos de bombeiros, onde está distribuído um efetivo aproximado de 92 mil homens. Nossa empresa tem 92 mil homens, aproximadamente, e cerca de 13 mil viaturas e 5 aeronaves de asa fixa. Tinha 13 helicópteros; com mais os 2 que acabaram de chegar, são 15 helicópteros ao todo.

Trago algumas informações também sobre as intervenções da Polícia Militar: na média, são quase 2 milhões de intervenções/mês; a média mensal de prisões em flagrante é da ordem de 6.000, 6.400 pessoas, a de armas apreendidas é em torno de 1.300 e a de atendimento pelo telefone de emergência 190 é da ordem de 4 milhões de chamadas. Então, esse é o universo em que atua a Polícia Militar de São Paulo, que apresenta, em seu processo de gestão, uma evolução doutrinária.

Na verdade, a Corporação vem há algum tempo partindo para novos rumos, nessa gestão mais voltada aos resultados, uma administração de resultados. Marcamos, a partir de 1992, com a inserção na Polícia de São Paulo do conceito de polícia comunitária, 2 princípios básicos: a aproximação da polícia com a comunidade e as políticas públicas impulsionadas pela Segurança Pública. Em 1996, como novo marco, tivemos o decreto do Governo do Estado, do Governador Mário Covas, instituindo o Programa de Qualidade no Estado de São Paulo, e a Polícia Militar adotou essa postura, com uma gestão pela qualidade.

A partir daí, próximo ao ano 2000, passamos a ter uma gestão sistêmica. Não é possível administrar uma organização desse tamanho pensando somente em parte dela. Temos de pensá-la como um todo. E é nesse processo de gestão sistêmica que está sendo conduzida a Polícia Militar.

*En passant*, na Polícia Comunitária tivemos etapas importantes: a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança — CONSEGs, dos quais participam o delegado de polícia da área, o capitão comandante da companhia da área, para a discussão dos problemas com a sociedade localmente. Pensamos globalmente, mas temos de agir localmente, devido às peculiaridades dos 645 Municípios do Estado de São Paulo onde está a Polícia Militar.



A filosofia de policiamento comunitário foi implantada em todos os postos policiais em 1992, com a inserção das bases comunitárias de segurança, que é o referencial de relacionamento com a comunidade, as pequenas comunidades. O próprio Secretário citou o caso de Jardim Ângela, onde há uma base de Polícia Comunitária que atua próximo à comunidade, e os resultados, com a somatória de ações de Governo e de ações da polícia, são muito melhores.

Já há alguns anos temos um convênio com o Japão. Para V.Exas. terem idéia, o Japão tem 100 anos de polícia comunitária. Temos delegações que vão ao Japão e japoneses que vêm ao Brasil para trocarmos experiências e aprendermos. Hoje, temos bases-pilotos que atuam como os *kobans* japoneses — é uma experiência muito rica —, e os *chuzaishos*, com que hoje atuamos nos distritos. Os locais onde antes ainda não havia a ação da polícia hoje têm a presença dos *chuzaishos*.

Houve uma reengenharia conceitual importante: a reformulação curricular na formação, no aperfeiçoamento e no desenvolvimento dos nossos policiais, com focos nos direitos humanos e técnicas não letais. Temos cursos de formação e de especialização em Direitos Humanos desde 1998. No curso de formação de soldados, são 80 horas-aula de Direitos Humanos, e durante os 30 anos de carreira do policial pelo menos uma vez ele tem mais 15 horas-aulas de Direitos Humanos em seus cursos de aperfeiçoamento. Além disso, realizamos seminários e simpósios, muitos inclusive na gestão do Coronel Alberto, e também a entrega de cartilhas processadas pela ONU, para que eles tenham no bolso a sua ação diária na comunidade, com a utilização de técnicas não letais e principalmente com o uso do método Giraldi, do tiro de preservação da vida, um método patenteado por um coronel da Polícia Militar de São Paulo que é reconhecido pela ONU e que hoje se expande para toda a América Latina e outros países.

E a Polícia Militar de São Paulo também atua mediante padrões e procedimentos. São padrões operacionais para que a ação da polícia em uma cidade seja igual em todos os Municípios do Estado de São Paulo e para toda a sua comunidade.

Com uma reengenharia estrutural extremamente relevante, como foi dito pelo nosso Secretário, hoje temos a adequação de áreas entre a Polícia Militar e a Polícia





Civil, o que facilita o planejamento operacional e as atuações na localidade onde a população precisa da polícia. E outras medidas foram adotadas, com o objetivo de aumentar o efetivo preventivo de policial militar nas atividades de policiamento ostensivo.

Fizemos a redistribuição do efetivo operacional por critérios técnicos. Na verdade, hoje não há um Município no Estado de São Paulo com população igual que não tenha o mesmo número de policiais, ou próximo a isso. O que faz diferir a quantidade de policiais de um Município para o outro são exatamente as peculiaridades locais. Foram adotados critérios técnicos relativos à população, a índices criminais e também às peculiaridades locais, considerando-se também a população pendular, aquela que não mora, mas atua no Município.

Houve o estabelecimento de uma matriz organizacional. Essa matriz organizacional padronizou os modelos de batalhão, pelotão, companhia e grande comando, e traçou uma matriz de administração, reduzindo o efetivo dessa administração e racionalizando o uso de efetivo. Com isso, liberamos policiais da administração para a atividade operacional.

Fizemos também a reestruturação de cargos e atividades de suporte para a atividade-fim. Na verdade, reestruturamos vários cargos, tirando de atividades que eram de administração e de apoio para atividades operacionais. Com isso, obtivemos alguns resultados significativos. Para V.Exas. terem uma idéia, somente com essa reestruturação, a Polícia Militar de São Paulo colocou no policiamento ostensivo 14.242 policiais que estavam trabalhando em outros pontos. Isso decorreu da aplicação da I-28, que foi a reestruturação, a redistribuição dos órgãos especiais de execução, a criação dos agentes de escolta e vigilância penitenciária.

Uma explicação: a Polícia Militar fazia as guardas dos presídios, e o Governo do Estado investiu no cargo de agente de escolta, liberando policiais para a atividade-fim. Houve também o advento do serviço auxiliar voluntário, que substituiu os policiais na administração. Com esse advento, conseguimos criar unidades operacionais de atuação no policiamento, na ordem de 84 novas unidades.

Em decorrência dessa reestruturação, adotamos uma nova política de logística. Racionalizou-se o investimento em viaturas e em EPI. Hoje não há um policial em São Paulo que esteja sem colete, um equipamento importante, e dentro



do prazo de validade, o que é relevante. Há todo um processo que possibilita planejarmos a compra de equipamentos e de viaturas para os próximos 4 anos. A renovação de frota dá-se a cada 5 anos na Polícia Militar de São Paulo.

Por fim, o mais importante nesta etapa, o motivo da reunião são exatamente as estratégias gerenciais da Polícia Militar de São Paulo. Como foi dito, há o uso da inteligência policial e da tecnologia de informação e comunicação na atividade policial. Não há como fazer polícia sem uso da tecnologia. Não há como fazer polícia sem uso da inteligência. Hoje, a força foi substituída pela inteligência, e é com isso que temos conseguido os grandes resultados demonstrados pelo nosso Secretário. E a Polícia Militar, hoje, para que possa racionalizar a aplicação do policiamento na rua, utiliza o emprego operacional por meio de programas de policiamento. Isso possibilitou-nos seccionar o atendimento ao nosso usuário mediante sua própria necessidade. Vou tentar demonstrar isso em uma transparência, para que V.Exas. possam entender como é essa metodologia.

Na verdade, nosso grande produto é a radiopatrulha, que atende as 4 milhões de chamadas mensais no telefone 190. Para tanto, é direcionado o maior esforço para a radiopatrulha. Porém, temos as questões dos corredores e cruzamentos da Capital e dos grandes Municípios. Por isso utilizamos as ROCAMs, as Rondas Ostensivas com o Auxílio de Motos. Em alguns locais em que há menos possibilidade de ocorrências graves utilizamos um policiamento integrado, que estende a possibilidade de utilização dos meios, dentro de um sistema de policiamento. E nas áreas mais quentes, que necessitam de policiamento mais efetivo, mas forte, com mais presença, utilizamos uma força tática, com viaturas próprias para isso. Há locais em que a proximidade com a comunidade é fundamental; para isso temos o policiamento comunitário, o Programa de Policiamento Comunitário. E temos o segmento de segurança pública nas escolas, que atendemos com um policiamento específico, o Programa Ronda Escolar. Com isso conseguimos otimizar, melhorar a forma de utilização dos nossos meios e dos nossos recursos.

E o mais importante: hoje precisamos colocar a polícia onde efetivamente é necessária a sua presença. Com desse estudo da atividade de inteligência policial, conseguimos desenvolver o que chamamos de planejamento operacional, por meio



do Plano de Policiamento Inteligente. Ele merece uma atenção maior, e vamos dedicar um espaço a essa explicação do Plano de Policiamento Inteligente.

Como foi dito pelo nosso Secretário, quanto às operações e atuações com tropas especiais, na verdade esse processo é inicial. A Polícia Militar entra nas chamadas áreas quentes. Por meio de inteligência, foi feito o levantamento desses pontos. Depois disso, dá seguimento com a virada social, conforme já foi explicado.

O Plano de Policiamento Inteligente é bastante simples de raciocínio, porém bastante profundo na sua aplicação. Temos sistematizado o padrão de execução do Plano de Policiamento Inteligente por meio de reuniões e análises críticas que processam primeiro o diagnóstico e depois o planejamento. O diagnóstico é feito a partir das áreas de maior incidência criminal, anseios da comunidade e probabilidade de ocorrer o delito, porque se trata de ação preventiva.

Essa reunião é mensal, com fulcro semanal e acompanhamento diário pelo comandante territorial. Nessas reuniões, fazemos a descoberta da área de interesse de Segurança Pública, em que há necessidade da polícia. Aí, sim, é feito o Cartão de Prioridade de Patrulhamento, que chamamos de CPP, entregue a cada patrulha para que o policial saiba exatamente o que fazer. Nesse Cartão de Prioridade de Patrulhamento respondemos ao que, na qualidade, chamamos de 5W1H. Na verdade, é o Heptâmetro de Quintiliano. Respondemos o que está acontecendo, quem pode estar praticando, quando ocorre, horário, dia da semana, onde ocorre, qual é o exato local e por que está acontecendo. É importante saber o porquê, para podermos dizer como combater o que está acontecendo lá.

Sr. Presidente, mais importante do que todo o processo doutrinário são os envolvidos falando sobre o assunto.

Tenho um vídeo de 4 minutos — é pouco tempo —, para que os senhores possam entender melhor como funciona a atividade de policiamento propriamente dito.

Peço vênias a V.Exas. para poder exibi-lo.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

**O SR. MANOEL MESSIAS MELLO** - É importante ressaltar que nesse filme falam todos aqueles policiais que trabalham efetivamente na ponta da linha, desde o comandante de batalhão, o comandante de companhia, ao soldado que está na



ponta da linha. Essa disseminação àquele que aplica o Plano de Policiamento Inteligente é importante. Nós da Corporação e da Secretaria acreditamos que a presença efetiva da polícia é que vai prevenir a ocorrência do crime. Isso é o que se tem sentido com os resultados.

Sr. Presidente, é importante dizer que a Corporação, dentro desse processo de gestão, desenvolve um programa de qualidade muito importante, que vem de longa data — desde 1997). Todos os policiais participaram de curso de gestão. Há também a aplicação de ferramentas de gestão de qualidade, como o programa 5S, o Sistema de Avaliação de Desempenho Profissional e um convênio com a Fundação Nacional da Qualidade — FNQ, responsável pelo Prêmio Nacional da Qualidade.

Alguns resultados da gestão: 7 certificações ISO 9001 — temos OPMs certificadas —, 1 certificação ISO 14000, 29 certificações do Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão e 100 certificações do PNQ.

Para fechar o Sistema de Gestão Sistêmica, esse seria o grande modelo de gestão integrada adotado pela Corporação, com todas as estratégias operacionais, de pessoal, de logística, de saúde e de finanças voltadas para atender aos objetivos institucionais e, em última análise, para a polícia ostensiva, para a preservação da ordem pública e para atendimento da população.

Finalmente, nosso planejamento estratégico para 2008/2011. Essa evolução possibilitou que tivéssemos um planejamento de gestão integrada com os 3 níveis.. As diretrizes básicas foram traçadas pelo Comando, após ampla discussão alinhada com a política governamental. São padrões e medidas de desempenho que nos vão dar as medidas resultantes e os indicadores estratégicos.

Aqui estão as metas da Secretaria com as quais a Polícia Militar pactua e outro Programa de Avaliação de Gestão para que todas as nossas OPMs tenham o mesmo padrão de gestão.

Como V.Exa. viu na Secretaria, Sr. Presidente — penso que seria oportuno comentar —, a Corporação, evoluindo dentro do processo de formação do seu homem, adotou um sistema de ensino continuado. A Lei nº 1.036, de janeiro de 2008, eleva nosso soldado a Técnico de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública. O curso de formação, com duração de 12 meses, é realizado pela VUNESP. Nosso sargento pode ser elevado a Tecnólogo de Polícia Ostensiva e



Preservação da Ordem Pública por meio de curso interno, com duração de 6 meses — uma carga enorme; nosso oficial, na Academia, pode realizar curso de formação, mediante concurso da FUVEST, com duração de 4 anos e 6.243 horas/aulas; nosso capitão, para ser major, conforme foi dito pelo Exmo. Secretário, tem de tornar-se Mestre em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública, por intermédio de concurso interno, em curso com duração de 12 meses e carga horária de 1.725 horas/aulas; e, finalmente, o tenente-coronel, para tornar-se coronel, deve fazer curso de doutorado e tornar-se Doutor em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública.

Esse é o investimento do Estado no nosso homem para uma melhor prestação de serviços à comunidade.

Agradeço a atenção aos senhores.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, a Polícia Militar do Estado de São Paulo agradece o momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Nós é que agradecemos a exposição detalhada que aqui foi feita, consistente como todas as demais, pelo Sr. Coronel da PM Daniel Barbosa Rodrigues e pelo Sr. Tenente-Coronel.

Gostaria de registrar a presença de alguns colegas que não fazem parte da Comissão, mas que muito nos honram: Deputados Julio Semeghini, Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, e Arnaldo Madeira, decano — antigamente chamava-se Cardeal, mas houve uma modernização. Sem sombra de dúvida, as púrpuras cardinalícias, politicamente, casam muito bem com o Deputado Arnaldo Madeira.

Com a palavra o Deputado Marcelo Itagiba.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Esta Comissão fica muito feliz em receber esses cardeais da política, como V.Exa. muito bem frisou.

Fazendo uma homenagem à Polícia Militar do Estado de São Paulo, eu chamaria essa verdadeira tropa de choque do PSDB na Câmara dos Deputados de Resistência Democrática. Há questões que não devem ser tratadas neste Parlamento, como, por exemplo, a criação de novos impostos.

Eu, na condição de delegado da Polícia Federal que teve a oportunidade de trabalhar por 18 anos no Estado de São Paulo e como ex-Secretário de Segurança



Pública do Estado do Rio de Janeiro, quero aqui prestar as minhas homenagens a esse excelente trabalho conduzido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da sua Polícia Civil e da sua Polícia Militar, que demonstra ser, ao longo do tempo, um trabalho eficiente, voltado para a segurança do cidadão.

Eu tive a oportunidade de compartilhar dessas 2 polícias em várias operações, à época em que fui delegado de Polícia Federal no Estado de São Paulo, ora trabalhando no aeroporto, ora trabalhando na área de entorpecentes, à qual dediquei maior parte do meu tempo, quando lá estive. Portanto, posso dar aqui o meu testemunho da excelência de ambas as polícias no combate à criminalidade. Tenho certeza de que o modelo exibido por São Paulo, bem como o modelo por nós desenvolvido durante um longo período no Estado do Rio de Janeiro, com o Delegacia Legais, com o Pátio Legal, com os cursos de formação, com o aperfeiçoamento policial, é o caminho para a melhoria do serviço de segurança pública.

Gostaria de parabenizar o Governo do Estado de São Paulo, muito bem conduzido e comandado pelo Governador José Serra e pelo Dr. Ronaldo Marzagão, ilustre Secretário de Segurança Pública.

Meus cumprimentos ao meu amigo Maurício Freire, Chefe da Polícia Civil, e ao Subcomandante-Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Acredito que as palavras do Deputado Marcelo Itagiba refletem o que todos os demais pensam.

Dando prosseguimento à nossa audiência pública, concedo a palavra ao penúltimo expositor, Coronel da PM Alberto Rodrigues, ex-Comandante da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

S.Exa. terá 15 minutos para fazer a sua exposição.

**O SR. ALBERTO RODRIGUES** - Sr. Deputado Raul Jungmann, Presidente da Comissão; Exmo. Sr. Ronaldo Marzagão, digno Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo; Dr. Maurício Freire, Delegado-Geral da Polícia Civil; Coronel Daniel Barbosa, Subcomandante da Polícia Militar do Estado de São Paulo; Dr. Domingos Paulo Neto, Delegado de Polícia Civil; Srs. Deputados.



Parece-me que a grande pergunta e a grande motivação deste encontro têm a ver exatamente com o que tem sido feito pelo Estado de São Paulo e pelo Município de São Paulo, que resultou, num espaço de 9 anos, em uma queda acentuada da criminalidade, especificamente dos homicídios dolosos.

Evidentemente que as observações do Sr. Secretário, Dr. Marzagão, do Delegado-Geral, assim como do Comandante-Geral, trazem uma visão bastante clara das intervenções que as corporações realizaram. Coloco-me na qualidade de testemunha desse quadro, até porque à época eu era o Comandante-Geral da Polícia Militar, de abril de 2002 a dezembro de 2004, quando tive o privilégio de formatar a redistribuição de 60 mil homens em 645 cidades do Estado de São Paulo, partindo de uma célula mínima, ou seja, nenhuma cidade teria menos de 7 policiais militares, bem como formatar essa estrutura organizacional contemplada através dos programas de policiamento.

A polícia, pela sua imensidão, como disse o nosso Subcomandante, Coronel Daniel, é uma grande empresa. E, para gerenciar essa quantidade de efetivos, não basta apenas boa vontade.

O fato é que São Paulo viveu momento muito profícuo em razão da integração havida de maneira harmoniosa e perfeita entre as Polícias Militar e Civil, com excelentes resultados, que podem ser perfeitamente analisados de 1999 até os dias de hoje.

Acontece que, em 2005, e para ser mais exato, a partir do dia 3 de janeiro de 2005, já na reserva da Polícia Militar, já havendo deixado o comando da Corporação, fui convidado para compor a equipe da Prefeitura Municipal do então Prefeito José Serra, a fim de que trouxéssemos para essa integração, com excelentes resultados, o poder administrativo municipal.

Até então se tinha um poder de polícia de ordem pública, de uma polícia ostensiva, de uma polícia judiciária investigativa, mas faltava o poder administrativo. Nós, pelos dados e estatísticas de que dispomos, e não convém citar números aqui, percebemos uma velocidade maior na queda dos delitos após a intervenção da Prefeitura de São Paulo, por meio do seu poder administrativo, fazendo particularmente a fiscalização dos espaços públicos, não só quanto ao seu aspecto de ocupação, como também no de urbanização.



Diante dessa integração, com a participação da Prefeitura Municipal, é claro que o seu poder administrativo não se define apenas pela Guarda Municipal; o poder administrativo de que dispõe o Município é muito mais rápido que o poder de polícia. E foi isso exatamente o que colocamos em prática, agregando a Prefeitura Municipal, esse poder administrativo, a ações já desenvolvidas por ambas as polícias.

Passamos então a identificar áreas onde o comércio ambulante e informal, apesar de serem irregulares, pois não possuíam autorização para vender aqueles produtos, também não tinham origem declarada, na sua grande maioria, produtos ilícitos.

A polícia praticamente não via aquilo como um agente que pudesse colaborar ou tornar aquele local como ponto crítico em termos de criminalidade.

Passamos, então, por intermédios das Subprefeituras, dos agentes vistoros, dos fiscais, a fiscalizar efetivamente o uso e a ocupação do solo. Para tanto, aliou-se a isso a ação policial sobre o que estava em cima do tabuleiro sendo comercializado. Aí se percebeu que eram produtos sem origem, de contrabando, de descaminho e assim por diante.

Ao lado disso, havia outra dificuldade em nossa cidade, as chamadas “feiras do rolo”, onde prevalece a informalidade: um par de sapatos velhos, um relógio quebrado, alguma coisa assim, mas que serviam, sim, de abrigo para histórias mal contadas. Hoje, em São Paulo, posso afirmar que até o dia 30 de abril — e me desculpem porque me desliguei da Prefeitura a partir do dia 1º de maio, não estou mais na Prefeitura de São Paulo — não havia mais nenhuma feira do rolo funcionando na cidade. Todas elas foram combatidas pelas polícias e pela administração municipal. Até porque as polícias encontravam dificuldades para recolher e saber para onde enviar o material apreendido. A Prefeitura deu esse suporte, recolhendo então em seus depósitos, para fazer o controle da mercadoria.

Outro aspecto bastante importante e emblemático para a cidade de São Paulo — e aqueles que a conhecem já ouviram falar do Largo da Concórdia e do Largo 13 de Maio — é que, há dezenas de anos, muitas regiões vinham sendo ocupadas indevidamente pelos ambulantes.





Infelizmente, não pude assistir a exposição do Secretário Mazargão, mas acredito que S.Sa. deve ter alinhavado, num certo momento, alguns meses atrás, por demanda da Secretaria de Segurança Pública, em razão do alto índice de furto e de roubos no Largo 13 de Maio, em razão dessa desorganização social, comercial e urbanística, uma solicitação à Prefeitura Municipal que lá atuasse. Para tanto, foi elaborado um plano pelo Comando de Policiamento da Capital, somado à Coordenadoria de Segurança Urbana da Prefeitura, de que fui o coordenador, para, em 15, 20 dias, retirar todo o comércio que lá havia. Chegamos a ouvir testemunhos de muitas pessoas daquela região, qual seja o de que durante 20 anos nunca tinham visto o piso do Largo 13 de Maio, em razão da quantidade de ambulantes.

Em razão disso, na próxima mensuração das estatísticas da Secretaria, dos registros do INFOCRIM, deve ser apontada uma redução de 70% nos furtos e roubos naquela localidade.

Outro ponto a ser considerado nesse modelo prático é a situação do bairro da Nova Luz, conhecido como Cracolândia, no centro de São Paulo, uma região degradada, onde imperava a prostituição, o microtráfico, com imóveis abandonados, hotéis de grande rotatividade, prostíbulos. Em dado momento, eu mesmo, no comando da ROTA, em São Paulo, mandei que ela atuasse diretamente ali, mas, passados 30, 40 dias, a própria ROTA começou a fazer parte daquela paisagem, sem que tivéssemos alcançado bons resultados.

Por meio de uma ação administrativa municipal percebeu-se que todos os hotéis estavam irregulares. Não possuíam alvará, laudos dos Bombeiros; eram, sim, verdadeiras arapucas para a morte. Em razão dessa constatação, iniciou-se o procedimento administrativo, primeiro, dando um prazo para que o proprietário regularizasse o seu estabelecimento, conforme reza a lei municipal; segundo, ele atuando-o, e se iniciava um processo de regularização daquele estabelecimento. É evidente que ele não iria conseguir. Para tanto, estava na lei que ele teria 90 dias para todo o trâmite. Após esse prazo, nosso fiscal retornava ao local. Evidentemente não estava regularizado. A partir daquele instante, o imóvel era interditado. Nós emparedávamos realmente a entrada. Retirava-se os hóspedes, as pessoas que lá estavam e se emparedava. Acabou, o hotel não funcionava mais.



Se não conseguíamos fechar dessa forma, pegávamos o pessoal da Secretaria da Habitação e do CONTRU de São Paulo e, em razão da insegurança que o imóvel apresentava, ele era interditado. Só era liberado após as correções necessárias que o tornava habitável.

Ou seja, partiu-se para essas medidas práticas, efetivas dentro da administração municipal que, até então, vivia ao largo, como sendo a segurança pública de única e exclusiva responsabilidade do Estado.

Vejam, não estou falando da municipalização da segurança pública, estou afirmando a responsabilidade da prevenção primária dos municípios, dos Srs. Prefeitos, que não podem simplesmente deixar que certos comércios funcionem.

Temos outro exemplo vivido por nós recentemente que chama nossa atenção, e hoje a situação está regularizada. Imóveis que circulam a Praça da Sé, marco zero da cidade, eram irregulares, não tinham alvará. Hoje estão regularizados.

Foi necessária essa intervenção administrativa.

Gostaria de citar mais um exemplo que acho bastante significativo para esta Comissão no tocante às denúncias. As Polícias Civil e Militar recebem denúncia de que em tal estabelecimento há tráfico de entorpecente, é uma boca de fumo. A polícia ostensiva vai até o local e não consegue encontrar o traficante. A Polícia Civil, para conseguir identificá-lo, precisa ficar vários dias em campanha, com desgaste de pessoal e perda de tempo, apenas para encontrar um traficante. De repente, um microtraficante. Essa demanda começou a vir às Subprefeituras. Vamos saber se aquele bar está regularizado. Vamos levar o pessoal da Vigilância Sanitária para saber se aquele bar preenche todos os quesitos de saúde pública. Quer dizer, deu-se visão diferente a um problema que parecia ser apenas de polícia. Diante disso, conseguiu-se fechar hoje em São Paulo centenas de estabelecimentos onde se tinha notícia da prática do tráfico, locais de homicídios, e que não eram regulares.

Ontem mesmo, passando por uma região periférica de São Paulo, vi um caminhão da Prefeitura retirando toda a pichação de um muro de aproximadamente 1.500 metros. A própria Prefeitura retirando a pichação, tornando o local melhor urbanizado.

Devemos ter a convicção de que não basta apenas vontade, é preciso ter coragem de se reestruturar, de repensar, seguindo o exemplo de São Paulo, tanto



na Polícia Civil, quanto na Polícia Militar, e trazer as Prefeituras municipais para as medidas primárias de prevenção, independentemente de terem ou não guarda municipal, porque o agente municipal uniformizado na verdade é mero agente de proteção àqueles que irão fiscalizar.

Espero que, de maneira muito rápida, dentro do tempo que me foi concedido, tenha conseguido mostrar a V.Exa. o que foi feito em termos práticos na cidade. Não apenas as mudanças internas nas organizações, mas a agregação de novos poderes, que hoje as prefeituras municipais detêm. Isso é o que tem dado grande valor.

Para ratificar o que estou afirmando a V.Exa., existe previsão bastante otimista — e acredito nisso — de um pacto entre a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e a Prefeitura Municipal, para que tenhamos, neste ano, com todo o esforço das Polícias Civil e Militar, índice de 1 dígito no tocante a homicídios dolosos. Acredito que teremos, neste ano, menos de 10 homicídios por 100 mil, na cidade de São Paulo, em razão de várias estratégias montadas.

Penso que seja, sim, um grande exemplo para as demais cidades do Estado de São Paulo e para o País as ações operacionais que deram certo, que funcionaram.

Por fim, agradeço muito a V.Exa. o convite.

Desde o dia 30 de abril, deixei o cargo de Coordenador de Segurança da cidade de São Paulo e, há 1 semana, 10 dias, recebi novo convite para me envolver junto com o Governo de São Paulo numa nova estratégia prisional. Já estamos formatando novo modelo de sistema prisional para a nossa cidade, de maneira que possamos recuperar, se assim for possível, a nossa população carcerária.

Agradeço muito a V.Exa. o convite.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Nós é que agradecemos ao Coronel Alberto Rodrigues. Inclusive porque quero crer que a exposição de S.Sa. complementa as anteriores, na medida em que coloca uma perspectiva de importância municipal.

Neste ano de eleição municipal, Sr. Secretário e Srs. Parlamentares, é importantíssimo esse enfoque. Sem nenhum demérito, evidentemente, até porque o motivo central da nossa audiência é a política de segurança do Estado de São



Paulo, mas eu, pelo menos, tenho a convicção própria de que o Município tem de ser responsável, tem de mudar a atitude. O Município tem de ser responsável, não substituir. Esse foi um exemplo bastante lúcido.

Agradeço a V.Sa.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Semeghini, que nos pediu para fazer breve intervenção.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Serei breve, porque terei de participar de um grande evento nacional de telecomunicação na Bahia.

Quero parabenizar V.Exa., o Deputado William Woo e os demais integrantes da Comissão pelo trabalho feito. Quero ainda dizer o quanto engrandeceu esta Comissão a presidência de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Na condição de Deputado por São Paulo, tive a honra, desde a gestão de Mário Covas, acompanhar todo o trabalho que essa equipe tem feito na área da segurança. Temos grande orgulho disso.

O homicídio doloso impressiona muito. Na verdade, ficamos tranqüilos porque não apenas o número de homicídios cai e, sim, de todos os tipos de crime, e de maneira sistêmica.

Fiquei muito orgulhoso de ver, inclusive, os programas de qualidade, a forma estruturada como está sendo o combate ao crime em São Paulo.

O Deputado Arnaldo Madeira e eu falávamos do orgulho que temos da formação dessa Mesa, da qual V.Exa. faz parte, e nos representa muito bem, juntamente com esses homens da segurança de São Paulo.

Por isso, não apenas os índices dos crimes caíram, mas a qualidade de vida e a sensação de segurança em São Paulo cresceram.

É um orgulho muito grande para nós, paulistas, tê-los aqui.

Desculpem-me por ter de sair.

Parabéns e muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Nós é que agradecemos.

Apenas lembro ao ilustre Deputado Julio Semeghini que o Deputado Arnaldo Madeira é um adepto de abarás e de outros quitutes que V.Exa. puder lembrar. Recorde-se dessa predileção do ilustre Deputado Arnaldo Madeira.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO MADEIRA** - Sr. Presidente, posso me pronunciar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) Por favor.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO MADEIRA** - Eu ia levantar questão de ordem pela primeira citação do meu nome, porque notei certa dose de ironia. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - V.Exa. sentiu reverência. Pelo menos da minha parte, total reverência!

**O SR. DEPUTADO ARNALDO MADEIRA** - Mas preferi aguardar e ouvir a brilhante intervenção do Coronel Alberto Rodrigues, que prestou e presta relevantes serviços ao Estado de São Paulo.

Quero cumprimentar V.Exa., Sr. Presidente, agradecer as referências feitas, e também todos os integrantes da Comissão.

Tenho acompanhado os trabalhos, ainda que a distância, e acho que a atuação pessoal de V.Exa., na condição de Presidente, tem provocado um debate muito interessante sobre o tema, mesmo porque o assunto deve ser tratado cada vez mais profissionalmente. Trata-se de buscar a eficiência, o uso da tecnologia da informação, a relação com a comunidade. E acho que V.Exa. tem conseguido fomentar esse debate na imprensa, tratando o tema de forma muito adequada.

Quero cumprimentar, em nome do nosso Secretário Marzagão, toda a equipe da Polícia Civil e da Polícia Militar, pois tive a oportunidade de acompanhar de perto o trabalho desses polícias e sei do nível de profissionalismo, da busca de eficiência e produtividade, seja da nossa Polícia Militar, seja da nossa Polícia Civil. Realmente, são corporações que muito nos orgulham.

Os dados apresentados demonstram essa eficiência. São profissionais dedicados à carreira e à prestação de serviços à nossa população. É uma pena, inclusive, que aqui no Brasil esse trabalho ainda não tenha a repercussão que merece. Estamos partindo de patamares elevadíssimos de crimes em todas as áreas para vê-los declinando de forma acentuada.

O que se está vendo aqui não é a queda de índices em um ano e a subida em outro. Estamos vendo uma curva descendente, uma tendência que é resultado desse trabalho que a equipe atual vem fazendo, dando continuidade ao trabalho de equipes anteriores.



Devemos cumprimentar esses policiais, elogiá-los e, de certa forma, orgulharmo-nos de ver uma polícia eficiente no combate à criminalidade — uma das questões centrais, infelizmente, no Brasil de hoje.

Então, meu caro Raul Jungmann, quero cumprimentar V.Exa. mais uma vez, assim como cumprimento a equipe da área de segurança do Governo de São Paulo, para dizer que continuamos acompanhando esse trabalho e procurando dar a nossa colaboração, embora não com o nível da eficiência do nosso Presidente e da Comissão de Segurança Pública.

Parabéns!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado. Quero, entretanto, deixar bem claro que a menção cardinalícia se trata de uma reverência despida de qualquer ironia, mas apenas uma forma leve — eu diria até bem humorada — de reconhecer o papel e a importância do trabalho do ilustre Parlamentar, assim como dos demais presentes, para todos nós.

Concedo a palavra ao Sr. Domingos Paulo Neto, último expositor, ex-Diretor do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, DHPP, por 15 minutos.

**O SR. DOMINGOS PAULO NETO** - Primeiramente, agradeço a V.Exa., Deputado Raul Jungmann, pelo convite, agradecimento extensivo ao Deputado William Woo.

É muito difícil falar depois de tão brilhantes expositores. Devo dizer que dirigi o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa de janeiro de 2001 até o mês de setembro último, portanto, por mais de 7 anos.

Outrora, trabalhei naquele mesmo Departamento na condição de Investigador de Polícia, Delegado de Polícia de Equipe e, depois, como titular de Delegacia. Ao longo de meus 32 anos de carreira, mais de 20 passei naquele Departamento.

Ao assumir o Departamento em janeiro daquele ano, a minha primeira providência foi reunir os policiais, cerca de 700 profissionais, e indagá-los sobre a melhor maneira de reduzirmos efetivamente o número de homicídios em São Paulo, à época, 14,6 homicídios por dia, ou seja, 1 homicídio a cada hora e meia.

Tínhamos 5.800 inquéritos em cartório para um corpo de escrivães que não passava de 200 profissionais. Isso significava mais de 400 inquéritos policiais por equipe — humanamente impossível trabalhar-se assim.



O que, então, efetivamente fazer para diminuirmos os índices e revertermos aquela situação?

Outro dado relevante: por um lado, tínhamos, em dezembro de 2000, 5.300 homicídios; em cartório, havia 5.800 procedimentos, ou seja, casos em investigação.

Daquela reunião, daquele encontro e dessas sugestões surgiu o Plano de Combate aos Homicídios Dolosos.

Tive a honra de fazer parte da equipe que visitou a Polícia de Nova Iorque, com o então Secretário de Segurança e o Comandante da Polícia Militar da época. Também conhecemos a Polícia do Canadá — eles têm todo o equipamento possível, a política é outra, mas não são versáteis como os policiais brasileiros. Se tivessem à época, os policiais brasileiros, todas as condições de que dispõem os policiais canadenses ou americanos, seríamos os melhores do mundo, sem dúvida alguma.

A política também é diferente. Em Nova Iorque, inclusive, as condições geográficas são bastante diferentes.

Vamos nos prender a São Paulo. À época, o quadro era aquele que relatei. Indaguei a todos os policiais sobre o que fazer, e traçamos algumas diretrizes.

Se V.Exa. me permitir, é muito simples a exposição, até porque o Dr. Maurício dissecou muito bem a matéria. Então, vou-me ater a alguns pontos, dentro do tempo que me foi disponibilizado, o qual prometo não ultrapassar.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Como disse, concebemos esse plano no início de 2001. Todos os policiais foram cientificados e participaram da efetiva elaboração.

As principais diretrizes — são várias, mas vamos destacar apenas 3 — são: a interação com a comunidade e a integração com os demais segmentos policiais; atenuação da sensação de impunidade, por meio de uma ação rápida e efetiva da polícia, que se traduz em prisão, retirada de circulação de quem pratica o homicídio ou o latrocínio; e a terceira estratégia é o aperfeiçoamento da investigação policial, por meio da evolução qualitativa do inquérito policial e do investimento em inteligência e tecnologia da informação.

Então, o primeiro ponto é a interação com a comunidade e integração com os demais segmentos. Nesse sentido, fixamos a área geográfica dos policiais para que



atuassem sempre na mesma região. E passamos a evitar a rotatividade de policiais. Indagamos aos policiais o seguinte: o que determina o homicídio? Muitos policiais não sabiam. Mas o que leva uma pessoa a ceifar a vida de outra? Por que se mata? Qual o primeiro motivo? A maioria não sabia. Perguntamos se conheciam a região onde trabalhavam? Não. Trabalhavam sempre na mesma região? Responderam que não.

Portanto, procuramos, primeiro, mostrar ao policial a importância de ele se fixar em determinada área. Com isso, ele passou a conhecer mais de perto os policiais da delegacia local, da Polícia Militar da região e a própria comunidade.

Embora fôssemos uma polícia especializada, procuramos territorializar a polícia especializada, bem como especializar a polícia territorial.

Por meio de reuniões periódicas, buscamos uma aproximação com as promotorias e varas do júri. Mesmo porque, com 5.800 inquéritos policiais, era impossível investigar. Portanto, tínhamos que demonstrar aos promotores que, ou eles confiavam em nosso trabalho, ou ficaríamos enxugando gelo. Ou se arquivava inquéritos em que não havia condições de se chegar ao autor, pelo menos por aquele momento, para investigarmos melhor os casos mais recentes, ou ficaríamos enxugando gelo.

Fruto dessas reuniões, passamos a arquivar muitos inquéritos, posteriormente desarquivados, como vou demonstrar aos senhores.

O mesmo fizemos com alguns juízes das 5 varas do júri na capital.

Houve o intercâmbio de informações — e apenas se troca informações quando se confia na pessoa; caso contrário, não há intercâmbio.

Também compartilhamos a estrutura física. Grande parte das famílias das vítimas são humildes, moram na periferia. Por que deslocá-las até o Centro de São Paulo, se posso deslocar um policial até a delegacia do bairro, a fim de proceder à oitiva dessas pessoas? Em muito casos, portanto, passamos a agir dessa forma.

Engajamos os policiais na cultura da investigação de homicídios. O policial deve ser muito bem preparado. Temos excelentes investigadores na Polícia Civil de São Paulo. Ocorre que pode ser excelente investigador, por exemplo, de narcóticos e não gostar de investigar homicídios. Então, para investigar homicídios, deve ser o





homem certo, e tem de ser preparado. Para se forjar um homem na investigação de homicídios, 5 anos, no mínimo.

A segunda estratégia foi a atenuação da sensação de impunidade através de uma ação rápida, qual seja a retirada de circulação do homicida e do latrocida contumazes.

Para que V.Exa. tenha idéia, aumentamos o número de prisões em 287%, de 2000 a 2007. Falar percentualmente, por vezes, é fácil. Se prendo 1 e passei a prender 2, aumentou 100%. Mas depois vou passar para V.Exa., em números absolutos, o que isso significou.

E por que a cultura da prisão no Departamento de Homicídios em São Paulo? O Departamento de Homicídios chegava ao autor, individualizava a autoria, mas não prendia o criminoso, ficava a critério de outros órgãos, mormente da Delegacia de Captura.

Então, o policial se sentia um pouco frustrado, pois trabalhou bem, chegou ao autor, mas não o prendia. Revertemos esse quadro. Nós vamos investigar, individualizar o autor e prendê-lo. Mas quando passamos a fazer isso, aumentou em muito o número de prisões; como os policiais trabalhavam sempre na mesma área e eram conhecidos da população, passou-se a gerar um círculo virtuoso. Ou seja, a comunidade passou a informá-los. Como trabalhavam sempre na mesma região, eu desloquei os flagrantes e as prisões para o Departamento de Homicídios, para que atuassem diretamente com o Delegado da própria equipe.

Aperfeiçoamento da investigação policial. Com os inquéritos policiais, a evolução é qualitativa, com aplicação da inteligência e da tecnologia da informação.

Reduzimos o nosso acervo de inquéritos de 5.800 em 74%, ou seja, restaram 1.499 inquéritos policiais. Então, equipes outrora encarregadas de 400 inquéritos passaram a investigar de 30 a 40 casos. Isso no interregno de 2001 até 2007. E o trabalho continua da mesma maneira este ano.

Aqui, só um exemplo. Onde mais havia problemas, na periferia de São Paulo, houve a maior queda do número de homicídios. O Parque Santo Antônio, até 2005, registrou queda de 70%. Os dados de 2006 e 2007 também são bem significativos, continuaram em queda. E também este ano, nesse Distrito, tivemos apenas 8 casos no primeiro quadrimestre.



Quanto ao aperfeiçoamento da investigação, a tecnologia da informação, elaboramos o Plano Diretor de Informática no Departamento de Homicídios, o que facilitou o fluxo de informações entre as equipes. Procuramos disponibilizar computadores a todas as equipes. Esses policiais passaram a inserir informações nessa rede interna e a trocar informações, o que muito agilizou nosso trabalho.

Informatizamos o Boletim de Ocorrência. Hoje é um dos mais completos. O que se puder imaginar nós consignamos no Boletim de Ocorrência. E, depois, complementamos com a reconhecimento visuográfica do local do crime. O local do crime fala. O policial deve ser um observador do local do crime. Portanto, fazemos a chamada reconhecimento, que é pegar os pedacinhos para chegarmos ao todo. Pelas partes, chega-se ao todo. Até mesmo o hábito alimentar da vítima ou as condições climáticas do local, enfim, tudo o que se puder observar consignamos no boletim.

Temos um álbum eletrônico hoje, com mais de 40 pessoas identificadas. Antes, as pessoas iam até as delegacias e, para descrever o criminoso, tinham que folhear álbuns fotográficos, por vezes ultrapassados. Hoje, basta a pessoa dar a descrição da pessoa. Por exemplo: indivíduo branco, loiro e aparenta 30 anos de idade. O computador vai buscar no programa e apresenta todos os indivíduos com essas características.

Perfil do crime. Nós analisamos todos os casos esclarecidos. Montamos um banco de dados e passamos a traçar o perfil tanto da vítima quanto do autor. De maneira que todas essas informações foram passadas aos policiais que labutam no Departamento de Homicídios. Por exemplo: qual é a faixa etária mais atingida? São os jovens de 21 a 25 anos. Mais de 90% dos homicídios são praticados com emprego de arma de fogo. O final de semana representa 37% do período da semana — de sexta-feira à noite até segunda-feira pela manhã —, entretanto, nesses 37% da semana ocorrem quase 50% dos homicídios. Por quê? Porque ocorrem muitos homicídios nos finais de semana, mas o número diminui nos dias normais. Em contrapartida, o contrário se verifica em relação aos crimes contra o patrimônio, pois o comércio está ativo durante a semana.

Outro dado interessante: o autor, normalmente, conhecia a vítima em mais de 90% dos casos; em mais de 80% dos casos, a vítima e seu algoz moram a menos de 1 quilômetro de distância entre si, menos de mil metros. E a menos de 500



metros, um índice elevado. Qual a primeira motivação? A vingança. Qual a segunda motivação? A droga. Mas por quê? É o traficante que não tem como cobrar sua dívida, a não ser pela imposição da força. Então, ele mata o viciado. É a segunda motivação nesse universo analisado.

E a terceira motivação é o motivo fútil. O indivíduo, por questão de somenos importância, esbarrou ou deixou cair uma lata de cerveja, pisou no pé de alguém, ele é executado.

Então, o que procuramos fazer? Direcionar os nossos recursos humanos e materiais para o final de semana, na região periférica, no horário mais indicado para a prática do crime, desarmando a população.

Assim, vamos evitar o terceiro problema, que é o homicídio por motivo fútil, mas não vamos evitar o primeiro, que é a vingança. Se o indivíduo incutir na cabeça que quer matá-lo, ele vai fazê-lo, pois não há como demovê-lo dessa idéia.

A droga, sim; e o terceiro motivo, que é motivo fútil, este sim pode ser evitado através das ações policiais.

Banco de talentos. Nós não nos conhecíamos. O que faz o nosso policial fora do horário de serviço? Quais as suas outras qualidades? Descobrimos que tínhamos biólogos, jornalistas, bacharéis em Direito, policiais que falam outros idiomas. Por que não inseri-los no contexto? Por que não motivá-los?

É como se estivéssemos em uma nau com 700 pessoas e o nosso objetivo fosse diminuir o homicídio em São Paulo. Então, o policial deve se sentir parte desse problema e querer, de *per se*, colaborar. E o que o policial ganha com isso? Muito menos trabalho; a satisfação pessoal de ver os criminosos presos e, agora, todos podem gozar férias, licença-prêmio, porque com os mesmos 700 policiais continua-se investigando um menor número de casos. Ou seja, mais rapidamente se chega ao autor.

E houve casos de muita complexidade, a exemplo dos casos da Suzane Von Richthofen, Gil Rugai, Coronel Ubiratan, Toninho do PT, Celso Daniel, casos complexos que exigiam uma investigação muito atenta e criteriosa.

Outras diretrizes. O incremento do confronto balístico. Por vezes, já sabemos que determinados crimes foram praticados com o emprego de uma pistola 9 milímetros e que vários desses crimes foram praticados com a mesma pistola, mas



não temos ainda o criminoso. Então, o que procuramos fazer? Mapeamos o Distrito. Se uma arma 9 milímetros foi apreendida, vamos confrontar todos os projéteis extraídos dos cadáveres encontrados naquela região. Alguns casos de latrocínio foram descobertos assim. Esses indivíduos foram autuados em outros Distritos, mas já sabíamos que os crimes de latrocínio tinham sido praticados com uma arma daquele calibre, assim chegamos aos criminosos que confessaram a ação delituosa.

Estímulo à participação popular através do disque-denúncia, da panfletagem no local. Os policiais indicam o número do telefone onde podem ser encontrados. E também há a aproximação com os Conselhos Comunitários de Segurança. Trata-se de obtenção de informações.

Mas o pessoal do CONSEG só vai passar a informação para o policial, ou mesmo o Presidente da Sociedade dos Amigos do Bairro, se conhecer o policial. Se um dia for até lá o João; no outro, o José; e no terceiro, o Ricardo, ele não vai falar nada, ele vai se fechar porque não vai confiar no policial.

Intensificação do policiamento preventivo especializado, que foi esse exemplo que dei a V.Exa., de direcionar os recursos humanos e materiais para as áreas de maior incidência criminal, qual seja, a periferia de São Paulo.

Comprometimento de outros órgãos públicos. Grande parte dos locais onde atendíamos não contava com iluminação pública. Havia loteamentos clandestinos. Houve, também, construção de áreas de lazer e fiscalização em bares e similares.

A Polícia Civil elaborou um documento que é a *Folha de Comunicação de Infração Administrativa*. Fazíamos uma diligência em um bar que estava completamente irregular. Por vezes, o proprietário não dava qualquer informação. Então, nós o notificávamos. Isso gerou, principalmente na área sul de São Paulo, encontros da Especializada com órgãos da Prefeitura, os administradores regionais, agora Subprefeitos, e o pessoal do bairro. Depois, passamos a contar com a colaboração dessas pessoas.

E tudo isso foi um trabalho feito não de um dia para o outro, mas com muito sacrifício, ao longo de meses e anos.

E, por fim, a conscientização e valorização do nosso policial. Muitas informações foram disponibilizadas no nosso banco de dados.



Fixamos, também, o policial não só em determinada área, mas próximo à sua residência. O policial que mora na área norte de São Paulo não pode trabalhar na área sul. E devemos dar oportunidade a esse policial de informar que mora naquela área e que gostaria de trabalhar na região.

Assim fazíamos na época com todo e qualquer policial que pretendia trabalhar no Departamento de Homicídios. Por que o senhor quer trabalhar no Departamento de Homicídios? Diga-me um caso que o senhor investigou ao longo de sua carreira. Qual é o seu interesse em trabalhar no Departamento de Homicídios?

Apoio à campanha de desarmamento. O DHPP sempre foi consultado a respeito da matéria. Particularmente, entendo que devemos facilitar ao máximo o registro da arma, mas devemos dificultar ao extremo o porte. Porque aí vamos saber que tem a arma, e vamos dificultar o porte.

E o relacionamento com os órgãos de imprensa? Hoje contamos com a Assessoria de Imprensa do Gabinete do Sr. Secretário. Isso facilitou em muito o nosso trabalho. A polícia não sabia, até certa época, lidar com a imprensa. Mas, ouvindo os policiais, chegamos a um consenso.

Então, hoje, toda coletiva, todo caso divulgado pela Polícia, principalmente pelo Departamento de Homicídios, é com hora marcada. Apresentamos os fatos, os delegados levam todas as informações necessárias a uma sala já preparada para essa finalidade e com a presença da imprensa.

E qual é a recompensa que esse policial tem nesses casos? Mostrar que foi o seu Departamento, que foi a sua equipe que conseguiu chegar ao criminoso. Isso é o que traz orgulho ao nosso policial.

E, por fim, um tema que já foi abordado. Como não havia a cultura da prisão, partimos de um total de 165 prisões, uma média de 13 prisões por mês, ou meia prisão por dia. E chegamos, em 2004, a 1.437 prisões e mandados de prisão cumpridos, o que dá uma média de 170 prisões ou quase 4 homicidas/dia.

É importante o que foi ressaltado pelo Dr. Maurício Lemos. O trabalho da Polícia Judiciária se reflete quando o juiz decreta a prisão preventiva.

Tenho os dados aqui de 2006. Dos quase 400 pedidos de prisão preventiva, apenas 15 não foram deferidos pelo Judiciário. Isso mostra que o inquérito policial foi bem feito, efetivamente, presidido pelo Delegado e muito bem instruído.



Chacinas. Como definimos a chacina? Trata-se de homicídio múltiplo, com 3 ou mais vítimas. Em 2001, tivemos 43 chacinas na Capital. Naquela oportunidade, quando da elaboração do plano, elevamos a equipe de chacina à condição de delegacia e a dotamos de mais homens e equipamentos para investigação. De maneira que 40 casos, ou 93%, foram resolvidos. No ano seguinte, houve uma pequena queda, apenas 7%, pois houve 40 casos de chacina, e resolvemos 39 deles, ou 97,5%. Esse índice é igual ao da polícia japonesa, só que o Japão tem índice alto de esclarecimento, mas pouquíssimos casos. Portanto, esclarecer 39 casos, de 40 havidos, é muito difícil.

O problema é que, na chacina, normalmente apenas uma vítima era o alvo, os outros lá estavam na hora errada e no lugar errado. Então, há muito mais testemunhas e pessoas dispostas a colaborar com a polícia. Daí a facilidade maior de se chegar à autoria. Mas vejam que, em 2003, o número de chacinas caiu pela metade, com 23 casos, sendo 22 deles esclarecidos. E essa tendência de queda foi mantida, com exceção no ano de 2006, quando se registrou pequeno aumento, embora menor que 2004. E em 2007 registramos apenas 13 casos.

Este ano houve apenas 2 chacinas em São Paulo.

Portanto, praticamente acabou a questão da chacina.

Como eu disse, no final de semana, 37% do período, quase 50% dos casos. O índice de queda é até superior ao havido na Capital. Ou seja, nós monitoramos aqui somente os casos ocorridos no final de semana.

Por isso eu falo que a Polícia Civil de São Paulo está de parabéns. Isso nos dá orgulho, pois é tão mais significativo do que o que foi feito em Nova York, com todas as condições que eles têm. São Paulo tem 11 milhões de habitantes, e o Estado, 40 milhões. Manhattan é uma ilha. E lá há uma legislação pesada e com a política da carcerização. Qualquer contravenção dá cadeia.

Então, observa-se que, no final de semana, a tendência de queda foi a mesma — de 51 pessoas assassinadas por final de semana passou-se para 14. Significa dizer que começamos com um registro de 2.727 pessoas assassinadas por final de semana e chegamos a 730. Foram 2 mil vidas salvas só nos finais de semana.



E na Capital? A grande maioria dos casos do Departamento de Homicídios são os ocorridos na Capital. Pontualmente, atendemos o interior. Mas a maioria dos casos ocorre na Capital.

Portanto, saímos de 5.327 casos de homicídio, ou quase 15 assassinatos por dia, para 4,2, em 2007. Hoje, estamos com uma média de 3,6 homicídios por dia. Ou seja, a tendência de queda continua. Até 2007, são 71% de queda.

Locais atendidos. Local preservado — e não o total de casos havidos. Daquele total de quase 5 mil casos, em 2001, em 1.910 houve corpo presente, local preservado pela polícia e atendimento direto pelo Departamento de Homicídios. Tínhamos, até então, quase 5,2 casos. E deslocávamos a equipe de peritos, de papiloscopistas, fotógrafos policiais. Era muito oneroso o deslocamento de uma equipe de investigadores, um escrivão de polícia, um delegado de polícia. Tínhamos que isolar o local. Então, saímos de 5,2 por dia, para 1,9 no ano passado. Hoje, estamos com a média de 1,5. Nós passamos agora até alguns dias sem atender no local. Isso é o interessante, pois continuamos com a mesma estrutura.

Isso é o que gera o esclarecimento cada vez mais rápido da polícia.

E tudo o que se passa em uma área o policial deve saber, porque ele trabalha no local há muito tempo. Por isso que a baixa rotatividade foi uma de nossas estratégias.

A menos que seja um *serial killer*, que mata por ene razões, ou uma pessoa fora totalmente fora de si, mas se a pessoa estiver integrada na comunidade o caso será esclarecido.

Com o latrocínio é um pouco diferente. Geralmente, o latrocida age longe de sua residência, de sua moradia. Então, a investigação de latrocínio, embora seja um crime patrimonial, também é da incumbência do Departamento de Homicídios. Mas ocorrem tão poucos casos que se torna até insignificante comentar esse tipo de crime. Mas muitos deles são esclarecidos.

Aqui a questão dos esclarecimentos, a média mensal.

Outra síntese, aqui os dados referentes aos mandados de prisão, também pela média.



Ordens de serviço. Esta é uma questão bem técnica. São documentos que distribuimos aos policiais para que saiam em campo e investiguem. Cada ordem de serviço, praticamente, corresponde a um homicídio.

Produção cartorária de cada escrivão. O policial tem que saber que está sendo individualizado, pois estamos analisando o trabalho de cada um. É uma concorrência salutar entre eles.

Monitoramos o perfil de cada unidade da Divisão, de cada dupla de investigadores. Apenas um exemplo: a cada 34 dias, uma dupla de investigadores esclarece um crime. Em 2001, esse número reduziu-se para 28 dias, depois voltou a 34 e caiu para 22. E assim vamos monitorando quantos dias cada dupla de investigadores demora para esclarecer um crime, ou quanto tempo uma dupla de investigadores demora para prender uma pessoa, para gerar o mesmo tipo de competitividade entre os policiais da investigação, tal como ocorre com o pessoal do cartório.

Aqui os inquéritos instaurados pelo Departamento de Homicídios. Isso significa praticamente o número de locais. Atendeu no local, instaura-se inquérito. Mas só se o caso for esclarecido no próprio local. O que não é raro. Há casos que o Departamento atende e que são resolvidos no próprio local. Então, passa a ser da atribuição da Delegacia.

Como eu disse, tínhamos 5.876 inquéritos em cartório e, em dezembro de 2007, passamos para 1.499. Houve uma diminuição em 74,5%. Ou seja, em 2000 havia muitos inquéritos, muitos homicídios, poucas prisões; em 2007, poucos homicídios, poucos inquéritos e muitas prisões.

Aqui os dados por 100 mil habitantes, como já citamos. Saímos, na área da Capital, de 52 homicídios por 100 mil habitantes para 14 homicídios por 100 mil habitantes. Em números absolutos, de 5.327 casos, chegamos a 1.538 casos na Capital, uma diminuição de 71.1% em relação ao ano de 2000.

Para finalizar, o policial, principalmente no Departamento de Homicídios, só trabalha com afinco e dedicação se reconhecer que o seu superior sabe tanto quanto ou mais do que ele. Caso contrário, ele pode até obedecer, é uma questão hierárquica, mas não vai respeitá-lo. Por isso, primamos por colocar — pelo menos na época em que fui diretor, e continuamos com a mesma sistemática — nas





diretorias policiais realmente capacitados e dedicados ao esclarecimento dos homicídios.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Agradecemos ao Sr. Domingos Paulo Neto, ex-Diretor do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa — DHPP, pelas informações detalhadas que nos trouxe a respeito dessa evolução que realmente fez diferença.

Secretário Marzagão, por tudo o que ouvimos aqui, vou-me antecipar um pouco. Eu acho que São Paulo é devedor de melhor informar o País a respeito daquilo que os senhores vêm obtendo. A meu ver, os senhores têm responsabilidade adicional, porque hoje é tão raro, Comandante, nos debruçarmos sobre a questão da violência e vedar dispositivos. Para cada canto que nos viramos e para todo o lado que nos voltamos, Secretário — e daí a oportunidade de convidá-los para esta audiência —, há um sentimento de fracasso e de perda. E, evidentemente, nem os senhores nem nós estamos reivindicando que se chegue à perfeição dos problemas. Não, eles inclusive são elevados, são grandes, são graves, as deficiências existem. Agora, há uma tendência. E efetivamente todos os que fazem política pública sabem que isso importa e muito. Mas eu estou me antecipando.

Vou conceder a palavra aos nossos companheiros. Aliás, eu quero dar os parabéns, primeiro, ao Deputado William Woo, que colaborou com a sugestão de alguns nomes daqueles que vieram contribuir com os trabalhos desta audiência pública. S.Exa. é um colega de trabalho muito disciplinado, muito operoso, muito trabalhador, como não é menos o nosso amigo, Deputado Edmar Moreira, que também aqui está. S.Exa. tem uma característica engraçada, é como se fizesse parte de um ecossistema, só fica ali. O Deputado Julio Semeghini tentou trazê-lo para o lado de cá e ele disse: “Não”. No Nordeste se dizia que o sujeito sempre precisava ter uma parede às costas, exatamente por conta... *(Risos.)*

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Mas o Deputado Edmar Moreira também, de maneira exemplarmente disciplinada, tem estado presente e colaborado com a Comissão.



Vou, portanto, passar a palavra para ambos, a fim de que façam suas argüições. E vou pedir a observância do tempo, tanto do lado de cá, quanto do lado de lá, embora indevida, até pela dedicação e pelo tempo que os senhores aqui empenharam, mas estamos no limite do horário.

Como eu havia dito, vou para o Rio de Janeiro, porque terei um encontro com o Presidente do Tribunal de Justiça, e exatamente os correlatos que aqui se encontram do Estado do Rio de Janeiro, para tentar dar um passo naquele Estado a favor da segurança.

Com muito prazer, concedo a palavra, inicialmente, ao Deputado William Woo, para que faça seus questionamentos, e, em seguida, ao Deputado Edmar Moreira. Quando os dois tiverem argüido os convidados, passaremos para as respostas finais.

**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - Sr. Presidente, Deputado Raul Jungmann, primeiramente, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos e por trazer à baila importante assunto e, em especial, pelo convite a todos os Comandos da Secretaria de Estado, trabalho iniciado no Rio de Janeiro e agora em São Paulo, fazendo com que todos da Comissão tenham geral conhecimento sobre a segurança pública no País.

Agradeço pela presença ao Exmo. Secretário Ronaldo Marzagão, que tem dado muito apoio a todos nós, policiais. A Deputada Marina falou bem sobre a crítica que fizemos junto com o Beltrame, que quem comanda o Executivo está temporariamente no cargo, mas a Polícia é sempre a mesma, ela continua. Então, os Comandantes maiores têm de dar principalmente incentivo e apoio a todos os comandados. E o Sr. Ronaldo Marzagão tem desempenhado muito esse papel, e pudemos sentir sua constante presença junto aos policiais.

Meu chefe, Dr. Maurício José Lemos Freire — Deputado Raul Jungmann, V.Exa. está na frente de um dos melhores policiais e o melhor atirador de São Paulo e do Brasil —, o único instrutor não-americano da SWAT...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Graças a Deus eu não estou na frente. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - ... salvo melhor conhecimento, além de grande piloto de aeronave; meu Subcomandante, Coronel Daniel Barbosa; meu



chefe, Dr. Domingos Paulo Neto; Coronel Alberto Rodrigues, que também foi meu comandante durante bom tempo, é um prazer tê-los aqui.

A nossa alegria é poder mostrar também que segurança pública deve ser um trabalho constante e apartidário. Eu acho que o principal sucesso desse trabalho foi a persistência do Governo de manter uma linha.

Diferença entre as gestões. Eu pude trabalhar com o Dr. Marcus Vinícius Petreluzzi, responsável por agregar células muito importantes: as companhias e os distritos, fazendo com que atuassem na mesma área, uma radical mudança naquele momento. Um delegado titular tinha um comandante, o capitão da companhia que trabalhava em diferentes áreas, que prendia uma pessoa e a levava para outro distrito. E a instalação do INFOCRIM, o Dr. Saulo Abreu deu grande continuidade ao programa e agora o Dr. Marzagão.

Mas aproveito este momento, Dr. Ronaldo, para dizer que tenho feito mais audiências com o Ministro Tarso Genro e o Ministro Nelson Jobim do que propriamente em São Paulo, porque o nosso dia-a-dia está sendo praticamente em Brasília.

Na qualidade de assessor do Dr. Marcus Vinícius Petreluzzi, quando assumimos o Governo do Estado de São Paulo, recebemos muitas denúncias contra o Departamento do Consumidor — DECON. Naquela época, julgamos melhor acabar com aquela especializada, o que, como policial, considerei um erro. Eu acho que quando temos problemas temos de melhorá-los e corrigi-los. Acho que o maior problema da sociedade e o maior perigo são os crimes contra o patrimônio e contra a pessoa. De certa forma, vemos hoje a atuação não-dirigida de um único departamento para isso, que é importantíssimo. O ator Wesley Snipes, por exemplo, cumprirá 3 anos de prisão por sonegar 38 milhões de dólares. Isso nos serve como exemplo de firmeza, principalmente, da Receita, de onde levantamos nossos recursos.

Mas o retorno da Delegacia do Consumidor seria muito importante, para que cada vez mais departamentos das capitais e a polícia pudessem atuar diretamente nos crimes contra o patrimônio e contra a pessoa.

No começo do ano mantive várias conversas com o Secretário Estadual de Gestão Pública, Sidney Beraldo, que me disse estar o setor caminhando muito bem,



mas há diferença de salários em locais de exercício. Eu acho que hoje temos grande dificuldade, brigamos muito, a toda a hora estou com o Ministro Nelson Jobim para tentar melhorar o salário das Forças Armadas. Hoje, em São Paulo, infelizmente, estamos com o pior salário do País. Sei que somos todos fiéis ao nosso Governador, nosso Comandante, mas também não é fácil manter a adrenalina e a vontade de trabalhar.

Com toda certeza, dispomos de melhores condições de trabalho em termos estruturais, mas não nos podemos esquecer de que a parte salarial é importante. Então, a diferença salarial por local de trabalho afeta muito o setor, e tenho sido perguntado muito no interior sobre essa desigualdade.

Quero ainda comentar sobre as câmeras. Em São Paulo, uma das coisas de que tenho orgulho — é difícil uma polícia no País ter tantas aeronaves em serviço — é que, salvo engano, são 18 aeronaves em serviço, diariamente.

E o senhor dispõe de um projeto de câmeras *online*. Desejo saber se há condições de uma operação ser acompanhada no mesmo momento, e se há algum trabalho para elas poderem ser usadas durante à noite.

Quero parabenizar o PPI, que é uma continuação do INFOCRIM. O Presidente Raul Jungmann tem apoiado muito isso e apoiou na LDO, desde que eu entrei nesta Casa tenho brigado para cumprir uma lei federal, ou seja, a de termos um regime de identificação civil único no País. Hoje vimos até o uso de dedos de silicone para tirar carteira de identidade, mas isso não ocorreria se houvesse um sistema único de identificação civil no País.

Conseguimos aprovar no ano passado emenda, em que apresentei 1 bilhão e 600 milhões de reais, para a implantação desse sistema, está na LDO. A Senadora Serys Slhessarenko dará prioridade a qualquer emenda de Orçamento que trate de identificação civil. Inclusive o Deputado Raul Jungmann instituiu a Subcomissão de Identificação Civil, que será instalada na semana que vem, e, dessa forma, esperamos dispor de banco de dados.

São Paulo poderá fazer a sua parte com o INFOCRIM, com o IRGD, aliás, um dos únicos, Deputado Raul Jungmann, que foi totalmente arquivado, estão faltando apenas os arquivos da área penal, mas civil estão todos guardados. A maioria dos IRGDs estão em caixas, empoeirados, acabando com as fichas poderemos



implementar o sistema único de identificação civil, para o qual peço apoio e um comentário.

Para encerrar, a cidade de São Paulo sempre foi vista como o pontapé inicial. Lembro-me de que, à época em que trabalhava na Secretaria, as empresas prestadoras gostavam de ter um carro de serviço, e as outras Secretarias acabavam seguindo os equipamentos de São Paulo. Então, São Paulo é quase o início de inovações. Hoje, quando se fala em INFOCRIM, a própria empresa que o implantou está implementando em vários Estados brasileiros, em alguns com sistema mais modernizado. Salvo engano, na Capital de Pernambuco, pude ver um sistema bastante modernizado. Estamos passando por um bom momento. No ano passado, ficamos 1 ano estudando e pudemos aprovar alteração no Código de Processo Penal.

É lógico que não é fácil agradar a todos, mas o fim obrigatório do segundo julgamento após 20 anos — parecia que havia erro, só porque fixamos pena alta — e também uma audiência única, acho que foram um grande avanço desse grupo de trabalho do qual V.Exa. fez parte, que foi o grupo de trabalho processual penal, mas agora eu acho que está no momento de votarmos nesta Casa projetos oriundos diretamente da atuação policial.

Temos a PEC 549, da qual fui Vice-Presidente, que eu acho que é um reconhecimento da Polícia Civil. É a primeira que tipifica o crime. Estou discutindo aqui o mérito, os agentes federais me cobraram muito, conversei também com os comandantes das nossas gloriosas polícias militares, mas quero ficar só no mérito.

O início de uma ação processual penal é o inquérito policial. Quem primeiro tipifica o crime é a autoridade policial, a condição para exercer o cargo é ser bacharel em Direito e participar de concurso de provas e títulos para ingressar na carreira. Então, o mérito é a mesma condição do promotor de justiça e da magistratura, que foi o que o Constituinte quis em 1988, mas infelizmente caiu.

Temos a Lei Geral da Polícia Civil, que estamos trabalhando para ser votada este ano, e tivemos audiência pública. Temos de pensar no conceito segundo o qual um policial para ser delegado de polícia lhe é exigido 3 anos de experiência na carreira jurídica, o que é um erro, ele já é bacharel em Direito. Ele tem de ter é 2 anos de experiência policial para poder exercer o cargo, seja ele oriundo da Guarda



Municipal, da Polícia Militar, seja oriundo da experiência policial, e também, cada vez mais, há que se exigir o curso superior.

Em razão de um projeto nosso, as concessionárias de serviço telefônico estão a toda hora me visitando e pressionando. Hoje temos uma identidade de todos os celulares. São Paulo foi o único Estado — eu briguei muito na CPI e hoje até justifico a falta do nosso Secretário de Administração Penitenciária — em que a CPI fez duas visitas, que eu acompanhei. Nos outros Estados fomos unicamente uma vez. Mas o Estado de São Paulo hoje tem mais da metade dos presos do Brasil e um dos maiores problemas é o uso de celulares.

Todos sabemos que os celulares que estão na cadeia ou são pré-pagos ou oriundos de descaminhos, roubo ou furto. Todo celular tem *e-mail*, só que é impossível bloquear-se o *e-mail*. Quando seu celular é furtado, rapidamente a pessoa habilita em outra operadora, no máximo, a operadora consegue proibir.

Então, temos um projeto de lei em que todos os *e-mails* devem ser responsabilidade das concessionárias para que tenham um bloqueio final.

Temos o projeto sobre a videoconferência. Foi mostrado aqui quantos policiais, agora militares, que estão fazendo seu trabalho-fim, mas para a escolta utilizada os números são absurdos — talvez o Alberto ou o Subcomandante-Geral Daniel comentem —, 54 milhões de quilômetros por ano de escoltas se deslocando. É um absurdo o que se gasta. A magistratura tem de apoiar. Se não há possibilidade da videoconferência, então, que se dirija até nossas penitenciárias.

Para encerrar, Coronel Alberto, acho que uma das grandes vitórias de tudo isso caiu numa ação em que nós policiais atuamos de acordo com as condições. Por exemplo, muitas das vezes um policial baleia um marginal, e não vemos a hora da alta do marginal porque não tem escolta ou hospital próprio para esse atendimento, para acabar a escolta que está no hospital.

Um fator de diminuição foi dar condições para o policial fazer o trabalho-fim e as delegacias ficarem sem nenhum preso. No interior ainda temos problemas de delegacias superlotadas. São Paulo está crescendo numa velocidade incrível, temos de construir um presídio e meio por mês para dar solução. No Estado de São Paulo, de uma nota de zero a 10 do sistema, hoje, o sistema federal é 10, mas ele gasta 15 mil reais por mês para cada preso.



Toda vez o Gustavo diz que eu minto, mas se tem 2 funcionários e meio por preso, porque lá tem 200 vagas e 120 presos, e cada agente penitenciário federal tem salário inicial de 5 mil, então, eu coloco no custo do preso só os salários dos agentes federais que cuidam do preso. Assim, de zero a 10, eu digo que São Paulo está entre 7 e 8, mas a nossa maior dificuldade é aplicar qualidade com o crescimento do número de presos.

Queria desejar sucesso, mas acho que um dos grandes parceiros foi dar condições e onde colocar.

O Prefeito Gilberto Kassab terminaria com o caos no trânsito de São Paulo se adotasse uma solução rápida para retirar de circulação 40% dos carros que rodam ilegais, que não recolhem IPVA há anos e estão sem condição de trafegabilidade. Hoje, sabemos, se retirar todos os carros sem condições de trafegabilidade não tem onde colocá-los. Quando São Paulo deu condições, construindo mais de 100 presídios para colocar os presos, também os policiais agiram.

Agradeço ao Presidente e a todos os presentes em nome do nosso Secretário Ronaldo Marzagão, principalmente pela atenção que tem dado a todos os Parlamentares. Em nome dos Parlamentares de São Paulo deixo um grande abraço. Vários nos ligaram para exprimir um agradecimento especial a toda a cúpula da segurança pública de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado, Deputado William Woo.

Passo a palavra ao ilustre representante das Gerais, o nosso decano, Deputado Edmar Moreira.

**O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA** - Presidente Raul Jungmann, com certeza V.Exa. foi uma surpresa para mim, não pela sua seriedade e competência, mas tem sido uma surpresa à frente desta Comissão pelo trabalho que tem desenvolvido. Está aqui o Deputado William Woo que é testemunha disso, e, também, pela seriedade com que trata os assuntos relativos à segurança. Mas a exemplo de todo ser humano, ninguém é perfeito, V.Exa. só é radical no que diz respeito a armamento. Eu tenho certeza de que se um caboclo do interior disser que está com uma “arma penada” V.Exa. vai entender mal e já vai se mobilizar para se defender.



Nós respeitamos, realmente, não poderia continuar da forma como estava. Temos de ter mecanismos de controles.

Mas eu quero saudar o Dr. Ronaldo Augusto Bretas Marzagão, digno Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, a quem agradeço pela presença, e, também, o Dr. Maurício José Lemos Freire, que é o nosso Delegado Geral do Município de São Paulo.

E quando falamos de São Paulo, às vezes, nos apequenamos e não poderia ser diferente, porque estamos falando da terceira ou da quarta maior cidade do mundo. Então, às vezes, temos certo acanhamento. Exemplo: há muita coisa em São Paulo que é exemplo para o mundo. E muitas também que eu ouvi nas exposições aqui hoje, por que não?

Cantamos em verso e prosa tolerância zero, Nova York. Não tem termo de comparação, absolutamente, nem densidade demográfica, nem população, nem uso e costume. Não se tem de comparar. Que fiquem lá com a sua tolerância zero, que nós ficamos aqui com os nossos índices.

Quero cumprimentar o Coronel Alberto Rodrigues, ex-Comandante da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que eu tive a honra de conhecer quando ainda estava no comando da Corporação, assim como o Dr. Domingos Paulo Neto, ex-Diretor do DHPP — Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa. Parabéns pela sua exposição e pelo trabalho que, com certeza, desenvolveu à frente do DHPP. Cumprimento também o Coronel Daniel Barbosa Rodrigues, Subcomandante-Geral da Polícia Militar.

Sr. Presidente, eu me permito fazer novamente aquele discurso que fiz da última vez, no plenário da Câmara dos Deputados, com a presença de V.Exa., porque sei também da alegria e, se não do desconforto, mas do constrangimento que se lhe passa neste momento.

Eu dizia ao Presidente que estou nestas bandas, nestas cadeiras, desde 1991. Tenho a honra de dar modesta colaboração à Comissão de Segurança Pública. Para uma reunião deste naipe, desta importância, V.Sa. se desloca de São Paulo com nosso Delegado-Geral, com os companheiros da Polícia Militar, preocupa-se e vem na véspera, porque de repente não há teto lá ou aqui, e chega ao plenário, que não corresponde. Quando falo que não corresponde, desculpe-me,





Sr. Presidente, sei do esforço de V.Exa., do convite, do telefonema. Não sou bedel, mas sou franco. Não quero responsabilizar os colegas ausentes da reunião. Nós que conhecemos a Casa sabemos que este tipo de reunião não pode ser feita às quintas-feiras. Tem de ser feita às quartas-feiras.

Sr. Secretário, Sr. Delegado, companheiros da Polícia Militar, ficam, se não as nossas escusas, pelo menos as explicações por não haver aqui aquele número que com certeza V.Sas. estavam na expectativa de encontrar. Realmente a matéria é muito importante.

Não ousarei absolutamente fazer nenhum tipo de indagação, mas gostaria, Sr. Secretário, aproveitando o ensejo, de parabenizar a assessoria da Polícia Civil e a assessoria da Polícia Militar, que diuturnamente, durante todos esses anos, preocuparam-se em percorrer os gabinetes, as Comissões, trazendo a mensagem, os anseios, as expectativas tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil.

Sr. Secretário, o legislador não leva muito a sério a segurança, com exceções, é lógico, a exemplo da nossa Comissão, porque não fornecemos ainda à Polícia a maior arma, o maior instrumental de que precisa: uma lei dura. Ela depois pode ser revogada, quem sabe, mas precisamos de uma lei.

Outro dia, Deputado William Woo, tive oportunidade de comentar que representamos o povo. Mas que representação é essa, em que 83% da população brasileira quer imputar a maioridade aos 16 anos? Mas o legislador não quer. Por quê? Porque o outro não quer, talvez isso não dê voto. Não vou entrar no mérito dessa questão, ou seja, se a maioridade deva ou não ser imputada a partir dos 16 anos. Eu acho que deve.

O trabalho da Polícia é como se o fosse o fio da navalha. Na ação policial, se o remédio for muito, o paciente o morre, se for pouco, a Polícia morre. É difícil o trabalho da Polícia. E é muito fácil às vezes legislarmos entre 4 paredes. Quem já fez parte do operacional, quem trabalhou na rua, na radiopatrulha sabe que todo cuidado é pouco.

Sr. Secretário, prestei muita atenção à sua fala, como evidentemente à fala dos demais. Em determinado trecho, o senhor disse que é preciso compatibilizar a quantidade com a qualidade. Muito bem. Só há um meio de compatibilizarmos isso,



evidentemente, dentre outros meios: com um critério seletivo para a Polícia. Salário. E salário para a Polícia aqui na Câmara é tabu.

Quando houve aquele projeto de incorporação, recusei-me a assiná-lo — não tem a minha assinatura lá — porque não discutiram problema de salário. Ter ou não caixa para pagar o salário é problema do Governador. Como temos a Lei de Responsabilidade Fiscal, estou elaborando um projeto, Sr. Presidente — e quero trocar idéia com V.Exa. sobre isso —, que visa a criar também a lei de responsabilidade da segurança. A defesa, a salvaguarda dos cidadãos, de seus bens e de sua pessoa é responsabilidade do município, inicialmente. O cidadão mora no município. Pode ser competência do Estado, mas o Prefeito e o município também são responsáveis.

Teríamos muito o que falar neste sentido. Mas estou satisfeito e faço coro com as palavras do nosso Presidente, ditas aqui: esses números devem ser divulgados. É muito fácil ir ao Datena, à Hebe Camargo, a outro e a outro programa, pichar a Polícia etc. Mas é preciso ver que os seqüestros em São Paulo diminuíram 10, 20, 30, 40, 70%. Em relação ao primeiro trimestre, comparado a 2002, 86%. Por que diminuiu? Com a atuação da Polícia.

Infelizmente, Sr. Secretário, a estatística da Polícia é negativa porque quando a Polícia atua preventivamente evita que aconteça o crime, e a ação não fica registrada em lugar nenhum, simplesmente não aconteceu. Mas há um trabalho por trás evidentemente, para evitar que o crime aconteça. Vejam bem esses números: seqüestro, menos 86%. O seqüestro é um dos mais abomináveis e hediondos crimes. O cidadão é colocado no porta-malas do carro e sofre ameaça 1, 2, 3 dias, ou é morto, ou negociam com a sua família depois que já o executaram. É um crime para o qual teria de haver uma pena mais dura. E não foi o que acontece aqui.

Não tenho os dados, mas tenho certeza de que, como tudo na vida é proporcional, os números da capital de São Paulo ganham de muitas outras capitais. Se eu não estiver desatualizado, há mais de 6 milhões de veículos na rua de São Paulo. Se compararmos com outras capitais, proporcionalmente, o número de furto e roubo de veículo lá é bem maior. Eu fiz análise da situação, no ano passado, em Juiz de Fora, cidade por que tenho interesse. Os números estavam maiores do que



os do Rio de Janeiro e de São Paulo, proporcionalmente, evidentemente, àquela frota.

Sr. Secretário, sei que esse é um trabalho de planejamento. Antes de tudo, tem de haver integração entre Polícia Civil e Polícia Militar. Tenho para mim que a Polícia tem de estar sempre bem informada para fazer suas investigações. Hoje em dia não se admite mais uma Polícia que não seja técnica e científica, como há em São Paulo. Primeiro Mundo. E vem um “estrangeiro”, um cidadão, com todo o respeito ao seu Estado — não vou dizer qual o Estado, mas vou dizer o nome dele: Sanguinetti —, e mete a ripa, diz que está tudo errado. Que história é essa, doutor? Só porque o senhor é candidato a Vereador no Norte quer fazer voto em cima de São Paulo? Não é por aí! Desculpe-me. Às vezes eu me inflamo e falo assim. É porque há coisas com que não concordo, e a tribuna que temos para falar é a da Câmara dos Deputados. Quando recebemos convidados como os senhores, temos que falar, porque, pelo menos, os senhores podem ver que aqui tem alguém que pensa dessa ou daquela forma, como os nossos colegas Deputados William Woo, Raul Jungmann e os todos os demais que compõem esta Comissão.

Mas, eu quero encerrar minhas palavras, mais uma vez, agradecendo a oportunidade desse convívio, desse relacionamento, apesar de ter sido por pouco tempo. Eu gostaria que V.Exa., Sr. Presidente, providenciasse para nós todo o material que foi votado porque eu gostaria de tê-lo em meus arquivos para estudar.

Quero também parabenizar — por que não? — a nossa Polícia Militar. Eu fui para a Polícia Militar muito novo, muito jovem, e tenho a honra de ser oficial da reserva da Polícia Militar de Minas Gerais. Fui também delgado de polícia em Juiz de Fora à época. Então, eu brinco lá em casa dizendo que o meu coração já fez a integração da Polícia Civil com Polícia Militar. Além disso, tenho um filho — para todos nós, com certeza, os filhos são as pessoas que mais prezamos e amamos — que me dá a honra de ser delegado de polícia no Estado de São Paulo.

Então é isso, Sr. Secretário. Agradeço a oportunidade de participar desta reunião. Contem com o Deputado Edmar, e com certeza, com os nossos Deputados Raul Jungmann, William Woo e outros companheiros, que por qualquer motivo não estão presentes hoje. Contem com a nossa Comissão para que façamos esse tipo



de trabalho que é absolutamente de interesse de toda a sociedade, um trabalho de utilidade pública.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - Sr. Presidente, só para informar sobre a Polícia Técnico-Científica. Primeiro quero agradecer a V.Exa. por ter acatado o meu pedido e convidado o Dr. Celso Perioli, que muito contribuiu com esta Comissão, porque o trabalho de investigação de homicídio é baseado na perícia e no trabalho da Polícia Técnico-Científica. V.Exa. acatou o pedido para convidar o Dr. Nelson Perioli, nosso superintendente, mas devido ao convite ter sido feito em cima da hora, ele agradeceu muito mas já havia assumido outros compromissos. De qualquer modo, foi muito bem representado aqui.

Como disse o Deputado Edmar Moreira, ele tem um filho que é um dos nossos orgulhos, está no Grupo Especial de São Paulo, honrando toda a Polícia do Estado de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Obrigado, Deputado Edmar Moreira, voltarei para fazer alguns comentários a respeito da sua fala.

Senhoras e senhores, é de praxe que neste final nós devolvamos a palavra àqueles que foram convidados, para as suas considerações finais. Entretanto, eu indago — e o faço sem a menor sombra de dúvida em meu interesse pessoal também, porque às 2h20min, o meu avião estará decolando, motivo pelo qual eu me antecipo e peço desculpas — se algum dos senhores gostariam de fazer uso da palavra ou se nós poderíamos transferir a palavra ao Sr. Secretário para que representasse a Mesa, dado o adiantado da hora, e fizesse então as considerações finais em nome de todos. *(Pausa.)*

Tem a palavra o ilustre Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Sr. Augusto Marzagão.

**O SR. RONALDO AUGUSTO BRETAS MARZAGÃO** - Sr. Presidente, para finalizar, quero agradecer, em meu nome e em nome de toda a cúpula da Polícia de São Paulo, aqui presente, a honra de ter participado desta audiência pública em tão importante Comissão da Câmara dos Deputados.

Eu quero também, rapidamente, dizer, respondendo à indagação do Deputado William Woo, que a questão da volta do DECOM está em estudo na



Delegacia-Geral. A questão do ALE, é um problema seriíssimo para nós. O ideal, ao meu ver, é que ele desaparecesse. Quanto às câmeras *on-line*, já foi desenvolvido um projeto da Secretaria, que já está em processo de licitação. Será acoplada no helicóptero dos Corpo dos Bombeiros uma câmera. Para simplificar, é como se fosse um canal de televisão, só que as imagens serão transmitidas só para nós. Elas poderão ser usadas em catástrofes, em policiamento etc.

Quero dizer também que já está em andamento na Delegacia-Geral projeto para digitalização de impressões.

Quero por fim agradecer ao Deputado Edmar as considerações finais e dizer que estamos à disposição desta Comissão e de todos aqueles a quem possamos eventualmente prestar uma desprestenciosa ajuda. E repetindo, foi uma honra muito grande comparecer a esta Casa e muito obrigado, sobretudo pela paciência.

**O SR. PRESIDENTE** - (Deputado Raul Jungmann) - Agradeço ao Sr. Ronaldo Augusto Bretas Marzagão, Secretário de Segurança Pública a sua contribuição; agradecer também ao Sr. Maurício José Lemos Freire, Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de São Paulo; ao Coronel da Polícia Militar Daniel Barbosa, Sub-Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo; ao Coronel Polícia Militar Alberto Rodrigues, ex-Comandante da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e ao Sr. Domingos Paulo Neto, ex-Diretor do Departamento de Homicídios e de Proteção da Pessoa — DHPP.

Registro a presença de um colega e companheiro de partido, também delegado da Polícia Civil das Alterosas, de Minas Gerais, jurista, muito competente, o Sr. Alexandre Silveira, que, além de tudo um amigo que temos nesta Casa.

Eu quero pedir a atenção dos senhores para dizer 3 palavrinhas. Quero fazer algumas reflexões, se me permitem, humildemente, eu gostaria de fazê-las juntamente com os senhores.

Saudei aqui no início um companheiro, uma grande figura, o Vilmar Faria. Só para dar uma idéia, Vilmar Faria está na raiz da criação do bolsa-escola, que depois se transformou no bolsa família e tudo o mais. Ele era um assessor especial do Governo e trabalhava no mesmo andar que o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Vilmar Faria dizia uma coisa que eu registrei e quero compartilhar com os senhores. Dizia ele que para fazer o mundo ficar melhor é



preciso 3 coisas: Primeiro, o sentimento de indignação moral. É quando vemos alguma coisa e dizemos: *“Isso não pode ser assim”*. É preciso se indignar. É quando nasce a atitude de mudança. A segunda, é que ao lado da emoção é preciso estar a razão. Ou seja, é preciso focar o problema, porque muitas vezes, na agonia ou no aperto, ou sob o impacto da emoção, nós atiramos — não é o meu linguajar, mas vamos utilizar neste momento —, mas, às vezes, atiramos na direção errada porque o problema pode não estar lá. Então, há que se ter razão, há que haver técnica e metodologia, e há que se entender, para solucionar o problema, ao lado da emoção. E a terceira palavrinha, para a qual ele chamava muito a atenção, que não é tão grande, não é tão sonoro, da qual nós, brasileiros, não somos muito praticantes: a persistência. Dia após dia ter um rumo, dia após dia. Unir, Alexandre, a questão da emoção com a razão: isso não pode ser assim, é injusto, mas manter. E é por aí que eu começo. Exatamente por aí que eu começo.

De tudo o que eu ouvi aqui, a primeira coisa que me chama a atenção é essa palavra de 4 letras: “rumo”. Eu acho que os senhores estão onde estão porque lá atrás, mas não só lá atrás, mas todo dia foi mantido um rumo. Ou seja, que rumo é esse? Esse rumo é definido, entre outras coisas, fundamentalmente pela temporalidade. Nós atravessamos vários governos. Nós temos aqui um exemplo raro de administração brasileira, não só do Estado de São Paulo, onde temos ex-integrantes, integrantes atuais, mas sente-se, afinal, uma progressão, uma evolução. Cada um pega de um patamar e eleva para o outro. O esforço que um antecessor fez o sucessor pega e vai levando adiante. Quer dizer, continuidade administrativa que implica em intertemporalidade, indo além do ciclo político dos mandatos. E queira Deus, oxalá, que se houver mudanças na orientação do Estado de São Paulo, seja mantido aquilo que efetivamente está dando certo.

O terceiro aspecto é que tem de haver profissionalismo. Isso deu para ver aqui. A atuação é profissional, ela é montada em metodologia, em razão, em informação, em planejamento e em organização, o que pode ser sintetizado em profissionalismo.

E por fim, nós temos também uma fortíssima presença da tecnologia como mediação, como potencialização da produtividade que é alcançada. E por fim, evidentemente, recursos. Nada se faz sem recursos. Mas eu diria que rumo, tempo,



persistência, profissionalismo, tecnologia e recursos, no meu modo de entender, Sr. Secretário, de certa forma representaria o Cila e Caribdis, digamos assim, o alfa e o ômega de todo esse trabalho. Por isso, Alexandre, é que fiz questão de convidá-los para virem aqui.

Vou citar um caso.

Sabem todas as senhoras e os senhores que sou opositorista. Perdi as eleições. O lugar que me deram foi na Oposição. E exerço esse meu papel. Mas no caso específico de segurança é preciso ter certa mediação, ou seja, sempre procurar, até mais, e obrigatoriamente, convergência com o Governo, qualquer Governo que tenha boa intenção, que queira apresentar resultados. Tanto que tenho aqui, sem nenhum problema, feito a defesa daquilo que está certo. Faço e, se me permitem, até me excedo nessa defesa, porque acho que, volto a dizer, segurança coloca em questão os fundamentos, Alexandre, da nossa própria sociedade. Isso aí é para valer.

O Deputado Edmar Moreira, partindo para algumas análises mais particulares, além de ficar aqui, ser disciplinado, ter seu ecossistema desde 1991, também é, de certa forma, nosso diplomata, na medida em que sempre mostra nosso sentimento de não ter a Casa absolutamente cheia para receber tão importantes figuras para nos exporem suas análises. Mas isso é da dinâmica da Casa.

E aqui já vou ao segundo ponto sobre o qual acho que nós da Comissão temos de refletir. Qual é o nosso problema? Nós não temos sala de reunião de manhã, Deputado Edmar Moreira. Então ficamos premidos entre às 14h, na verdade, às 14h30min, quando começa a reunião, e às 16h, quando começa a Ordem do Dia no plenário. Esse é o nosso desastre.

Nós temos dificuldades.

**O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA** - Olha aí a esculhambação: a segurança já é sem-teto aqui, na Casa. Não tem lugar para reunião. Está certo. É a importância que a Casa dá à segurança. Desculpe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Desculpe-me. Não é assim. A Kátia Viana nos informa que, no caso, há a precedência segundo a temporalidade da criação. Mas essa, efetivamente, não é a resposta.



Se nós não tivermos outra sala ou a possibilidade de nos reunirmos de manhã, o propósito do Deputado Edmar Moreira, que é o nosso, vai ficar muito difícil de ser satisfeito. Os senhores nada têm a ver com isso. Essa é uma questão *interna corporis*. Mas é para os senhores entenderem, e nós também.

Terminamos caindo na quinta-feira, quando, evidentemente — esta Casa tem seu ciclo —, temos certo esvaziamento. Mas quero dizer aos senhores que nós tivemos, entre entradas e saídas, elevada presença, na média — já assisti a outras reuniões aqui, e houve a maior dificuldade —, e presenças muito ilustres.

**O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA** - (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Não, tivemos um pouquinho mais, Deputado Edmar.

Não importa. O que os senhores falaram aqui é apropriado pelo Congresso Nacional, pela Câmara Federal e será por toda a sociedade. Inclusive determino à Mesa que faça reproduzir as notas taquigráficas desta audiência pública e as entregue aos senhores, para que façam uso, dêem publicidade delas no bom interesse de levar esta experiência para todos.

Gostaria de dizer que também estou fazendo uma reflexão, Deputado William Woo, a respeito da organização da nossa Comissão. Nós precisamos sair um pouco, Deputado Edmar Moreira, desse trabalho de audiências e projetos, projetos e audiências. O vetor fiscalização/monitoramento de políticas públicas nós precisamos ampliar, e muito. Nós não estamos, não só a Casa, aparelhados para isso. Então, eu vou convocá-los e pedir-lhes que dividam comigo essa responsabilidade.

Mas nós temos, Alexandre, que criar sistemas de monitoramento e fiscalização e passar para a sociedade, por exemplo, o que acabamos de ver, fazendo um comparativo, um cotejamento com outros Estados: por que dá e por que não dá. Nós temos autoridade e temos que fazer isso, porque há uma demanda imensa, em termos sociais, para saber: afinal, o que é que dá certo? Por que dá? Por que é que não dá? O que se pode fazer para levar? Os senhores têm também responsabilidade, até mesmo pelo seu trabalho, de levar adiante essa questão.

Por fim, eu gostaria de dizer que acho que esta audiência pública satisfaz à minha expectativa e, acredito, a de todos os demais. Lamentando o pouco tempo





que tivemos aqui, na semana passada, como bem disse os Deputados Edmar Moreira e William Woo, com a presença de autoridades do Rio de Janeiro. Afinal, as 2 principais cúpulas da Federação estiveram aqui, no espaço de praticamente uma semana.

Eu acho que agora nós temos que pegar as notas taquigráficas e nos debruçarmos sobre elas. É isto que eu estou querendo dizer, William Woo: nós temos que produzir e levar para a sociedade informações que balizem como está essa situação não só no plano federal — PRONASCI. Temos que criar um grupo de estudo, pluripartidário, uma subcomissão para acompanhar e monitorar o PRONASCI e apresentar resultados. Há uma demanda dramática. Nós não produzimos informação sobre segurança no plano nacional.

Nós temos, Edmar Moreira, que reunir aqui IBGE, Ministério da Saúde, SENASP, IPEA, ILANUD e começar a discutir como é que nós vamos produzir informações estruturantes para os debates de políticas públicas nesse sistema para 5, 10 anos para a frente. Educação, saúde outros setores têm. Nós não temos. Isso é muito complicado.

Bom, essas são algumas tarefas que nós temos de procurar discutir. Já vou convidá-los, na próxima semana, para falar sobre elas.

Mais uma vez, agradeço, em nome desta Casa, aos senhores a contribuição que deram aqui. Parableno-os pelo trabalho. Sei da dificuldade, da persistência e do esforço que têm. Mas, sem sobra de dúvidas, acho que estão construindo uma saída para esse problema, que é de tamanha gravidade. Agradeço aos senhores essa dedicação, em particular ao Sr. Secretário e a toda a sua equipe, que esteve presente, e envio nossas felicitações ao Governador José Serra.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos. Antes, porém, convoco reunião ordinária para a próxima quarta-feira, dia 11 de junho, às 14h, no Plenário 6, para deliberação de proposições constantes em pauta a ser divulgada.

Está encerrada esta reunião.